

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER**

CARINE PEGLOW HARTER

**PECUÁRIA FAMILIAR NA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL: AS
PERSPECTIVAS DE AGROATIVIDADES DOS PECUARISTAS FAMILIARES NO
MUNICÍPIO DE PEDRO OSÓRIO/RS**

Porto Alegre

2022

CARINE PEGLOW HARTER

**PECUÁRIA FAMILIAR NA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL: AS
PERSPECTIVAS DE AGROATIVIDADES DOS PECUARISTAS FAMILIARES NO
MUNICÍPIO DE PEDRO OSÓRIO/RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Maycon Noremborg Schubert
Coorientador: Vinícius Jean Barth

Porto Alegre

2022

CARINE PEGLOW HARTER

**PECUÁRIA FAMILIAR NA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL: AS
PERSPECTIVAS DE AGROATIVIDADES DOS PECUARISTAS FAMILIARES NO
MUNICÍPIO DE PEDRO OSÓRIO/RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 11 de julho de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Maycon NoreMBERG Schubert – Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Alessandra Matte – Avaliadora

Prof. Me. Anderson Sartorelli – Avaliador

RESUMO

Na Região Sul do Rio Grande do Sul, domina o imaginário das pessoas, que prevalecem os como forma de ocupação da terra, as grandes fazendas, com criações extensivas de gado nos campos e também as grandes lavouras. Porém a realidade é que o espaço é ocupado também por pequenos agricultores e pecuaristas familiares que, se formaram basicamente pela redução ou divisão das áreas das grandes propriedades. Esse estudo tem como unidade de análise a unidade de produção agrícola familiar dos pecuaristas familiares no município de Pedro Osório, localizado na Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul. Estes pecuaristas têm como atividades principais a bovinocultura de corte e a ovinocultura, atividades que podem ou não garantir uma renda monetária satisfatória para a família, e conseguir atender outras necessidades. Partindo do pressuposto que a diversificação das atividades produtivas pode reduzir os riscos e a vulnerabilidade, que estão expostas essas famílias, o estudo se propôs a apontar quais são as alternativas produtivas que se adaptam ao modo de vida dos pecuaristas familiares, levando em consideração suas aspirações. Através de 15 questionários aplicados aos pecuaristas familiares foi possível compreender melhor sua relação com a atividade pecuária e seus objetivos e perspectivas para o futuro. O que se confirmou pela análise dos dados do estudo é que, para os pecuaristas familiares de Pedro Osório/RS, a pecuária é uma atividade satisfatória e os pecuaristas familiares não tem a intensão de diversificação, e mesmo aqueles que mantêm a atividade por segurança, não têm como meta grandes mudanças nos processos produtivos.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Pecuária Familiar. Diversificação.

ABSTRACT

In the southern region of Rio Grande do Sul, people's imagination dominates, with large farms prevailing as a form of land occupation, with extensive cattle ranching in the fields and also large crops. However, the reality is that the space is also occupied by small farmers and family ranchers who were basically formed by the reduction or division of areas of large properties. This study has as its unit of analysis the family agricultural production unit of family ranchers in the municipality of Pedro Osório, located in the southern half of the state of Rio Grande do Sul. These ranchers' main activities are beef cattle and sheep farming, activities that may or may not guarantee a satisfactory monetary income for the family, and manage to meet other needs. Assuming that the diversification of productive activities can reduce the risks and vulnerability that these families are exposed to, the study proposed to point out which are the productive alternatives that adapt to the way of life of family ranchers, taking into account their aspirations. Through 15 questionnaires applied to family ranchers, it was possible to better understand their relationship with livestock activity and their goals and perspectives for the future. What was confirmed by the analysis of the study data is that, for family ranchers in Pedro Osório/RS, ranching is a satisfactory activity and producers do not intend to diversify, and even those who maintain the activity for safety, do not have as their goal major changes in production processes.

Keywords: Family farming. Family Livestock. Diversification.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Bacia Hidrográfica Mirim e do Canal São Gonçalo.....	17
Figura 2 – Mapa da Precipitação média no Rio Grande do Sul.....	18
Figura 3 – Mapa dos Biomas Pampa e Mata Atlântica no Rio Grande do Sul.....	20
Figura 4 – Mapa das Unidades Geomorfológicas do Rio Grande do Sul.....	25
Figura 5 – Gênero dos entrevistados.....	37
Figura 6 – Idade dos entrevistados.....	38
Figura 7 – Distância da propriedade até o município de Pedro Osório/RS.....	38
Figura 8 – Tamanho das propriedades dos pecuaristas familiares de Pedro Osório.....	39
Figura 9 – Relevo das propriedades.....	39
Figura 10 – Número de pessoas que residem na propriedade.....	40
Figura 11 – Número de pessoas que desenvolvem atividades produtivas na propriedade.....	40
Figura 12 – Unidades de produção que tem familiar que trabalha fora da propriedade.....	41
Figura 13 – Unidades de produção que tem outra renda além da atividade pecuária.....	42
Figura 14 – Utilização de recursos de atividades não agrícolas nas atividades de produção...43	
Figura 15 – Unidades de produção que tem mão de obra contratada.....	43
Figura 16 – Escolaridade das pessoas que residem e trabalham na propriedade.....	44
Figura 17 – Manutenção das áreas da propriedade.....	47
Figura 18 – O porquê de permanecer na atividade pecuária.....	50
Figura 19 – Resposta dos produtores com relação à hipótese de crise no setor agropecuário..	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número de estabelecimentos rurais, segundo a extensão territorial dos imóveis, no município de Arroio Grande/RS em 1920.....	23
Quadro 2 – Outras fontes de renda além da atividade pecuária.....	42
Quadro 3 – Serviços que necessitam de mão de obra contratada nas UPAs.....	44
Quadro 4 – Relação de entrevistados com a assistência técnica e o acesso as políticas públicas.....	45
Quadro 5 – Relação dos entrevistados e a intenção com o crédito de juros baixo.....	47
Quadro 6 – Relação dos entrevistados e a visão sobre as atividades agropecuárias.....	48
Quadro 7 – Relação dos entrevistados com o futuro das atividades.....	50
Quadro 8 – Permanência dos filhos na atividade.....	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da população na zona rural e urbana no município de Pedro Osório/RS.....	20
Tabela 2 – Distribuição da população de acordo com a faixa etária na zona rural e urbana no município de Pedro Osório/RS.....	21

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Objetivo geral	12
1.2	Objetivos específicos	12
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	13
2.1	Instrumentos de coleta de dados	13
2.1.1	Etapas de desenvolvimento da pesquisa	13
2.1.2	A unidade de análise	14
2.1.3	Coleta de dados	14
2.1.4	A análise dos dados	15
3	CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PEDRO OSÓRIO	15
3.1	Localização geográfica	16
3.2	Clima	16
3.3	Relevo e descrição genérica dos solos	17
3.4	Recursos hídricos e pluviométricos	17
3.5	Vegetação natural	19
3.6	Aspectos demográficos e socioeconômicos	20
3.7	Produção agropecuária	21
3.8	Hábitos culturais	22
4	CONCEPÇÕES SOBRE PECUÁRIA FAMILIAR	22
4.1	A formação da pecuária familiar inserida no município de Pedro Osório	23
4.2	A agricultura familiar e a pecuária familiar	25
5	AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PECUARISTA FAMILIAR	31
6	OS RESULTADOS DA PESQUISA PARA DIVERSIFICAÇÃO E GERAÇÃO DE RENDA	36
6.1	Gênero e idade	37
6.2	A localização, tamanho e relevo das unidades de produção	38
6.3	A residência, a escolaridade, o trabalho e a renda no rural	40
6.4	Acesso às políticas públicas e ao crédito rural	45
6.5	A diversificação e a manutenção da pecuária	48
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIAS	57
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PECUARISTAS FAMILIARES DE PEDRO OSÓRIO/RS	61

1 INTRODUÇÃO

A Região Sul do estado do Rio Grande do Sul é geralmente definida como uma região onde predominantemente se localizam as grandes fazendas, ou seja, os latifúndios, grandes propriedades agrícolas pertencentes a um proprietário, empresa ou família. Essa visão se formou a partir do fato de que o Rio Grande do Sul teve a ocupação das suas terras em dois momentos.

Primeiramente a distribuição de terras, bem ao sul do Brasil, foi dada aos militares portugueses, que tinham também a função de protegê-la dos espanhóis durante o século XVIII. Essas terras eram chamadas de sesmarias e se constituíam de uma porção muito grande de área, onde uma sesmaria era equivalente a 13 mil hectares, desta forma se estabeleceram as grandes estâncias do Rio Grande do Sul. Posteriormente, no século XIX, começaram as colonizações das terras do Planalto, Metade Norte do Rio Grande do Sul, ocupadas por imigrantes europeus que receberam porções menores de terras (COTRIM, 2003).

Outro fato que domina o imaginário das pessoas, e reparte o Rio Grande Sul em minifúndios e latifúndios é a própria divisão do estado em dois biomas, onde o Bioma Mata Atlântica seria composto por paisagem florestal e de mais difícil exploração econômica e o Bioma Pampa de paisagem campestre composto por campos de exploração econômica de forma extensiva.

O município de Pedro Osório, escolhido para a realização do presente estudo, fica localizado na Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul e é um município com baixa densidade populacional, 7.811 habitantes segundo o IBGE (2010), e está inserido no contexto de formação étnica do Rio Grande do Sul, logo, os primeiros habitantes dessa região foram grupos ameríndios pampeanos e guaranis (TORRES, 2014).

O povo que habita a região é ligado aos bovinos de corte de forma umbilical, mesmo com as mudanças ocorridas durante a história na economia, no ambiente e no mercado mantiveram esta atividade a conservar-se como a principal. Alguns aspectos são responsáveis pela permanência dessa atividade, como a histórica instabilidade política e o clima instável (menor volume anual de chuvas, o que é negativo para a instalação de lavouras) e a existência do gado anteriormente à ocupação das terras, importante na formação cultural do “gaúcho” (RIBEIRO, 2009).

Recentemente, alguns trabalhos (inicialmente realizados por técnicos da Emater/RS-ASCAR) começaram a surgir e identificar um grande número de produtores que, se formaram

basicamente pela redução ou divisão das áreas das grandes propriedades, os pecuaristas familiares.

Em 2011, o Decreto Estadual nº 48.316 regulamentou o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar, e definiu as condições para que os produtores fossem considerados pecuaristas familiares no âmbito do Rio Grande do Sul:

- I – tenham como atividade predominante a cria ou a recria de bovinos e/ou caprinos e/ou bubalinos e/ou ovinos com a finalidade de corte;
- II – utilizem na produção trabalho predominantemente familiar, podendo utilizar mão de obra contratada em até cento e vinte dias ao ano;
- III – detenham a posse, a qualquer título, de estabelecimento rural com área total, contínua ou não, inferior a trezentos hectares;
- IV – tenham residência no próprio estabelecimento ou em local próximo a ele; e
- V – obtenham no mínimo setenta por cento da sua renda provinda da atividade pecuária e não agropecuária do estabelecimento, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

No ano de 2014 iniciei minha trajetória como extensionista rural na Emater/RS-ASCAR, no escritório municipal de Soledade/RS. O termo pecuarista familiar era totalmente novo para mim, embora o decreto seja do ano de 2011. Neste primeiro escritório, apesar de ter conhecido o público, não era o foco de trabalho, pois lá predominavam os agricultores familiares e suas atividades diversas.

No ano de 2017, voltei ao sul do estado para trabalhar no município de Pedro Osório/RS, onde o foco do trabalho é justamente a pecuária familiar. Desde então, este estrato social tem ocupado diariamente nas minhas atividades, principalmente pelas atividades de bovinos de corte ou ovinos, e durante esses cinco anos atuando como extensionista rural e trabalhando com o público de pecuaristas familiares pude perceber o quanto o pecuarista familiar é vulnerável aos mercados principalmente por conta da não diversificação das atividades da propriedade.

Sendo os bovinos de corte e ovinos a atividade principal, dependendo das circunstâncias, como a extensão da propriedade, técnicas utilizadas na criação ou mesmo a qualidade do solo, pode ou não garantir uma renda monetária satisfatória para a família conseguir atender suas necessidades. É necessário ponderar também que esse mesmo produto destinado à venda é na grande maioria das vezes, também utilizado para a subsistência.

Além disso, o custo do processo de produção da carne bovina ou ovina, ou mesmo outros produtos agrícolas, não determina o preço de venda, podendo gerar uma renda muito baixa ou mesmo prejuízos para o produtor. Não podemos esquecer também, que sobre todo processo produtivo agropecuário, a ação do clima interfere e na região sul do Rio Grande do

Sul, um dos maiores problemas está relacionado à falta de precipitações regulares, fazendo com que muitos produtores vendam animais em épocas de preços baixos, por conta da diminuição da oferta de forragem nos campos.

De acordo com Pelinski *et al.* (2006, p.2), a principal vantagem da diversificação “está na redução dos riscos e incertezas de uma exploração agrícola”. A sua adoção pode gerar ganhos econômicos diretos e indiretos vinculados, principalmente, à redução dos custos de produção, à obtenção de vantagens ambientais e à redução do impacto econômico oriundo de diversas crises no setor rural. Assim, a diversificação é a melhor forma de evitar as incertezas e vulnerabilidades referentes ao clima, mercado, pragas e doenças.

Diante disso, a pesquisa elenca o seguinte problema de pesquisa: quais são as alternativas produtivas que os pecuaristas familiares de Pedro Osório/RS gostariam de desenvolver para diversificação de suas atividades?

Para tanto, o estudo está dividido em sete seções. A primeira seção apresenta a introdução a cerca do tema de estudo, o problema de pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos. A seção seguinte descreve os procedimentos metodológicos utilizados para a pesquisa e a forma de análise dos resultados. A terceira seção contextualiza o município de Pedro Osório/RS, onde foi realizada a pesquisa. A quarta seção apresenta a revisão de literatura sobre os principais estudos que descrevem a trajetória da pecuária e inserção no município de estudo, além de conceituar a agricultura e pecuária familiares. Na quinta seção são apresentadas as principais políticas públicas para a agricultura familiar e pecuária familiar nos âmbitos federal e estadual. Na sexta seção são apresentados os resultados desta pesquisa, que são analisados e discutidos com o auxílio de estudos de outros autores. Por fim, a última seção apresenta as conclusões e considerações finais em torno da pesquisa.

1.1 Objetivo geral

Identificar as alternativas que podem contribuir com a diversificação produtiva e geração de renda, levando em conta as aspirações dos pecuaristas familiares do município de Pedro Osório/RS.

1.2 Objetivos específicos

- Investigar quais são as atividades mencionadas pelos pecuaristas familiares de Pedro Osório como principais alternativas para diversificação;

- Analisar as políticas públicas ou programas já existentes que possam corroborar para a diversificação da pecuária familiar.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Instrumentos de coleta de dados

Diversos trabalhos, no Rio Grande do Sul, foram realizados para caracterizar o pecuarista familiar, sua origem, o modo de vida, a reprodução social e também os mercados acessados por esse público. Tentando dar continuidade e contribuir para o entendimento da realidade da pecuária familiar, esse trabalho buscou identificar, no âmbito do município de Pedro Osório/RS, quais são as alternativas que podem contribuir para a diversificação produtiva e geração de renda para os pecuaristas familiares, considerando suas aspirações.

Dessa forma, optou-se por uma pesquisa qualitativa que, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 32), “não se preocupa com representatividade numérica” e “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações”.

2.1.1 Etapas de desenvolvimento da pesquisa

Para desenvolver a pesquisa, alguns elementos foram essenciais e serão descritos na forma de etapas. Partindo do conhecimento de que esse estrato social faz parte do desenvolvimento do meu trabalho como extensionista rural, ter acesso ao público ao qual a pesquisa foi aplicada foi fácil, pois a aproximação da realidade do grupo, ou seja, da realidade empírica já existia.

a) Primeira etapa: analisar os dados do Escritório Municipal da Emater/RS-ASCAR, e verificar o número de famílias de pecuaristas familiares que existem no município de Pedro Osório. Como os registros da extensão rural oficial já classificam os produtores de acordo com o tipo de público, não foi necessário fazer a divisão entre agricultores e pecuaristas familiares, ou separá-los dos pecuaristas que são somente criadores de bovinos de corte e não se enquadram como familiares. Sendo assim, foram encontrados nos registros da Emater/RS-ASCAR, 55 famílias de pecuaristas familiares. Este estudo utilizou uma amostra não-probabilística.

b) Segunda etapa: a partir da definição do número de famílias de pecuaristas familiares existentes, começaram a serem aplicadas as entrevistas. De acordo com Duarte

(2002, p. 143) “o número de sujeitos que virão a compor o quadro das entrevistas dificilmente pode ser determinado *a priori*”. Nesta pesquisa foram entrevistados 15 famílias de pecuaristas familiares, pois verificou-se que a pesquisa atingiu o ponto de saturação, o que a mesma autora explica como:

Quando já é possível identificar padrões simbólicos, práticas, sistemas classificatórios, categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão, e as recorrências atingem o que se convencionou chamar de “ponto de saturação”, dá-se por finalizado o trabalho de campo (DUARTE, 2002, p 144).

2.1.2 A unidade de análise

O foco de análise utilizado foi a unidade de produção agrícola familiar. Para o entendimento, Miguel (2009) explica:

Unidade de Produção Agrícola pode ser concebida como um sistema composto de um conjunto de elementos em interação (sistemas de cultivo e/ou criação e/ou transformação), influenciado pelos objetivos do agricultor/ produtor rural e de sua família (sistema social), aberto e em interação com o meio externo (econômico, físico e humano). A UPA é, portanto, um sistema dinâmico e aberto ao ambiente externo (ambiental, econômico, social). A partir desta definição de UPA, pode-se delimitar, de maneira clara e precisa, o objeto de estudo e de análise e sua inserção e articulação com o ambiente externo (MIGUEL, 2009, p. 14).

O autor também explica que dentro do contexto brasileiro existe uma diversidade de UPAs, podendo ser classificadas de acordo com o perfil: familiar, patronal, empresarial rural e grande propriedade (MIGUEL 2009).

Para Cotrim (2003, p. 26) unidade de produção familiar é descrita como “um modo peculiar de exploração da terra, ou seja, que possui formas de condução das atividades e da vida na unidade de produção ligadas à lógica de reprodução e sobrevivência da família”.

2.1.3 Coleta de dados

A coleta de dados ocorreu de várias formas. Para analisar a literatura existente sobre pecuaristas familiares e as políticas públicas ou programas já existentes que possam corroborar para a diversificação da pecuária familiar, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental.

Fonseca (2002) *apud* Gerhardt e Silveira (2009, p. 37) diz que “qualquer trabalho científico inicia com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto”, e para Gil (2007) *apud* Gerhardt e Silveira (2009, p. 37), “os

exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema”.

Já a pesquisa documental, de acordo Fonseca (2002) *apud* Gerhardt e Silveira (2009, p. 37) “recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais,” etc.

Para atingir o objetivo específico de identificar quais são as atividades mencionadas pelos pecuaristas familiares de Pedro Osório/RS como principais alternativas para diversificação, foi utilizado um questionário semiestruturado como instrumento de coleta de dados.

Foi realizado um contato prévio com os entrevistados e o questionário, elaborado no Microsoft Forms, enviado via link pelo aplicativo Whatsapp. O questionário foi estruturado com questões fechadas, abertas e mistas, de forma que as respostas obtidas servissem para comparação, e também para que o entrevistado pudesse falar livremente sobre as ideias que surgissem e achassem importante levar em consideração, ou informar ao entrevistador, também para possibilitar um conhecimento mais aprofundado sobre o tema.

Nas questões abertas, o informante responde livremente, da forma que desejar, e o entrevistador anota tudo o que for declarado. Nas questões fechadas, o informante deve escolher uma resposta entre as constantes de uma lista predeterminada, indicando aquela que melhor corresponda à que deseja fornecer. Este último caso favorece uma padronização e uniformização dos dados coletados pelo questionário maior do que no caso das perguntas abertas. Contudo, a maior parte dos questionários apresenta uma proporção variável entre os dois tipos de questões. As questões mistas (fechadas e abertas) são aquelas em que, dentro de uma lista predeterminada, há um item aberto, por exemplo, “outros”. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 70).

2.1.4 A análise dos dados

Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 81) a análise dos dados tem como objetivo “organizar os dados de forma que fique possível o fornecimento de respostas para o problema proposto”.

Alguns dados da pesquisa foram tabelados para facilitar o entendimento da pesquisa, a análise dos dados quantitativos foi por meio de uma estatística descritiva e a análise dos dados qualitativos usará a técnica de análise do conteúdo.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PEDRO OSÓRIO

A origem do município Pedro Osório/RS está ligada à distribuição de sesmarias e à expansão ferroviária do Brasil, na segunda metade do século XIX. Pedro Osório está inserido

no contexto de formação étnica do Rio Grande do Sul, logo, os primeiros habitantes dessa região foram grupos ameríndios pampeanos e guaranis. O próprio nome do rio Piratini, que margeia o município, tem origem na expressão Tupi-Guarani “pira-tininga”; pira: peixe, tininga: seca ou secando (CALDAS, 1990).

Entretanto, a chegada dos europeus modificou, não só o nome do rio para Piratini, mas também, o cenário da região, que se tornou alvo das disputas entre Espanha e Portugal. Desse modo, em 1763, o rio Piratini serviu por algum tempo de limites entre terras portuguesas e espanholas, pois, durante a invasão da vila de Rio Grande de São Pedro, os açorianos do Povo Novo fugiram para a margem esquerda do rio, onde formaram bases de resistência ao domínio espanhol (CALDAS, 1990).

No ano de 1777, com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso¹⁴, novas fronteiras foram estabelecidas e o espaço entre os rios Jaguarão e Piratini foi definido como zona neutra; porém algumas famílias se instalaram nessa área. Sucessivamente, as terras mudaram de “donos” conforme a criação de novos municípios. Por fim, em 3 de abril de 1959, Olimpo se emancipou de Arroio Grande, Cerrito de Canguçu e, juntos, formaram o município de Pedro Osório. Contudo, a localidade de Cerrito também alcança a sua emancipação em dezembro de 1995 (TORRES, 2014).

3.1 Localização geográfica

O município de Pedro Osório, localizado na mesorregião Sudeste Rio-Grande do Sul, fazendo parte da microrregião de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul. Possui uma área de 603.91 km² e uma população de 7.811 habitantes (IBGE, 2010). A altitude do Município está em torno de 31m em relação ao nível do mar localiza-se aproximadamente 357 km da capital Porto Alegre. Seus limites são ao norte com os municípios de Piratini e Cerrito, ao Sul com o município de Arroio Grande ao oeste com os municípios de Piratini e Herval.

3.2 Clima

O clima é considerado subtropical do tipo sub-úmido. As temperaturas apresentam grande variação sazonal, com verões quentes e invernos bastante rigorosos, com a ocorrência de geadas, as médias variam entre 15 e 18°C.

A precipitação média situa-se entre 1.299 e 1.500mm. Observa-se a ocorrência de eventos excepcionais como o el niño e la niña, onde registra-se precipitações acima da média ou abaixo da média, respectivamente, na região.

3.3 Relevo e descrição genérica dos solos

O município de Pedro Osório compõe-se de uma a Zona Alta (39,80%), que compreende as partes mais altas do relevo, comumente caracterizada como “serra”, cujo material de origem dos solos predominam as rochas cristalinas e metamórficas. Possui solos rasos e relevo ondulado à forte ondulado, que pode ser cultivada com culturas anuais desde que se controle a erosão. Uma Zona Central (32,62%) que compreende as partes de relevo ondulado mais baixo do que a serra com solos profundos desenvolvidos de rochas cristalinas e metamórficas e relevo ondulado que apresenta boas condições para cultivos anuais se controlada a erosão e corrigida a fertilidade dos solos mais pobres (CUNHA e SILVEIRA, 1996).

As Zonas de Lombadas e Planícies (18,46%) ocupam as partes mais altas da área sedimentar entre as coxilhas e as planícies, com solos de qualidade variável, de bem a mal drenados, com solos hidromórficos com horizontes impermeáveis se condicionam muito favoráveis aos cultivos anuais irrigados devido às condições planas do relevo. E as planícies inundáveis (9,12%) que compreende as terras planas não inundadas, ao redor das lagoas Mirim e dos Patos, com solos mal drenados ou muito mal drenados, de qualidade variável (CUNHA e SILVEIRA, 1996).

3.4 Recursos hídricos e pluviométricos

O município faz parte da Bacia Hidrográfica Mirim-São Gonçalo, localizada na Região Hidrográfica das Bacias Litorâneas, possui área de 28.499 km².

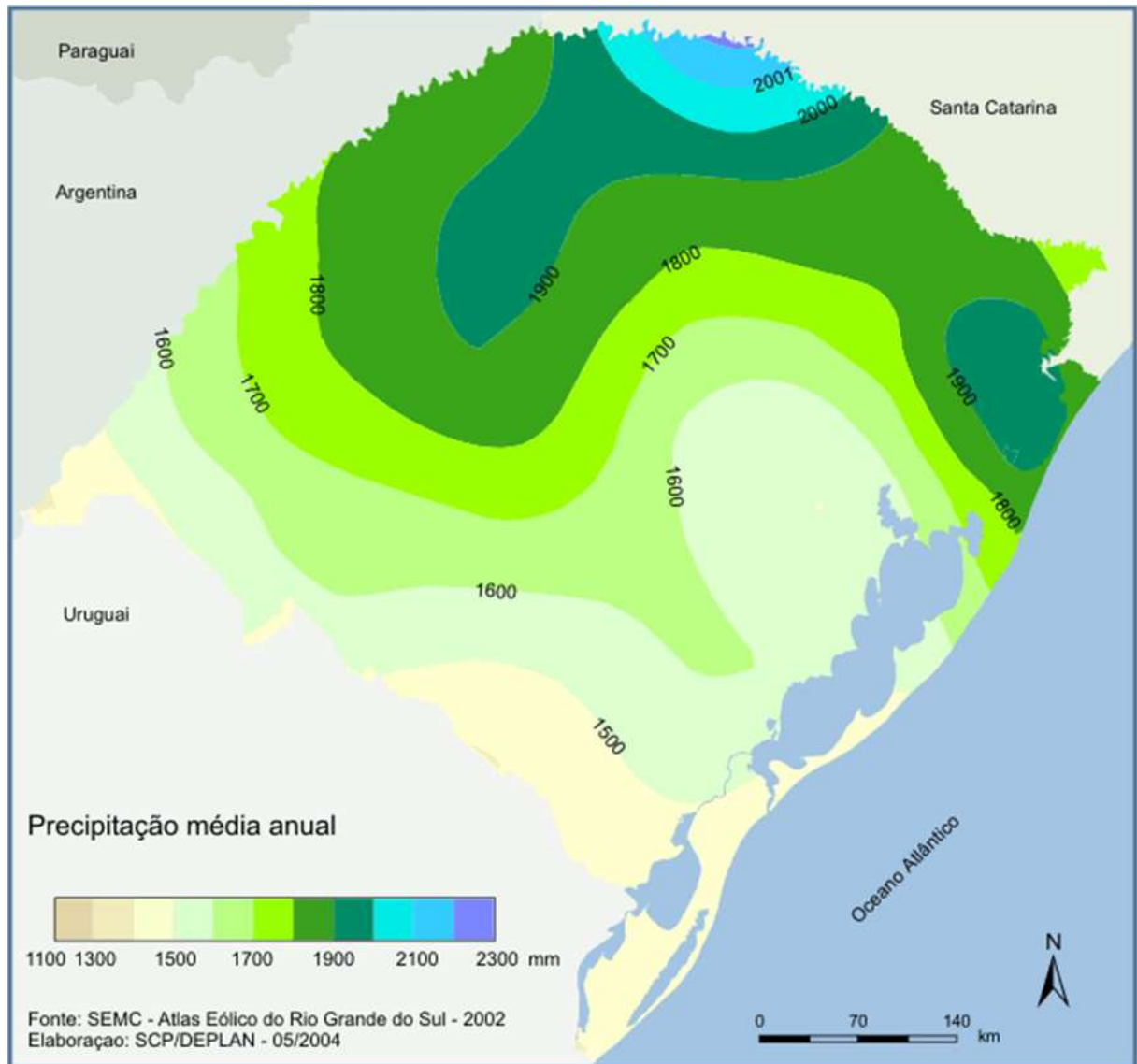
Figura 1: Mapa da Bacia Hidrográfica Mirim e do Canal São Gonçalo.



Fonte: SEMA, (2022).

Quanto à distribuição das chuvas, conforme a Figura 3, podemos ver que o município está inserido no mapa onde a precipitação média anual fica entre 1400 e 1500 mm, o que representa a menor precipitação em relação ao restante do estado do Rio Grande do Sul. Essa é uma informação importante para o desenvolvimento da agricultura e consequentemente o desenvolvimento da região.

Figura 2: Mapa da Precipitação média no Rio Grande do Sul.

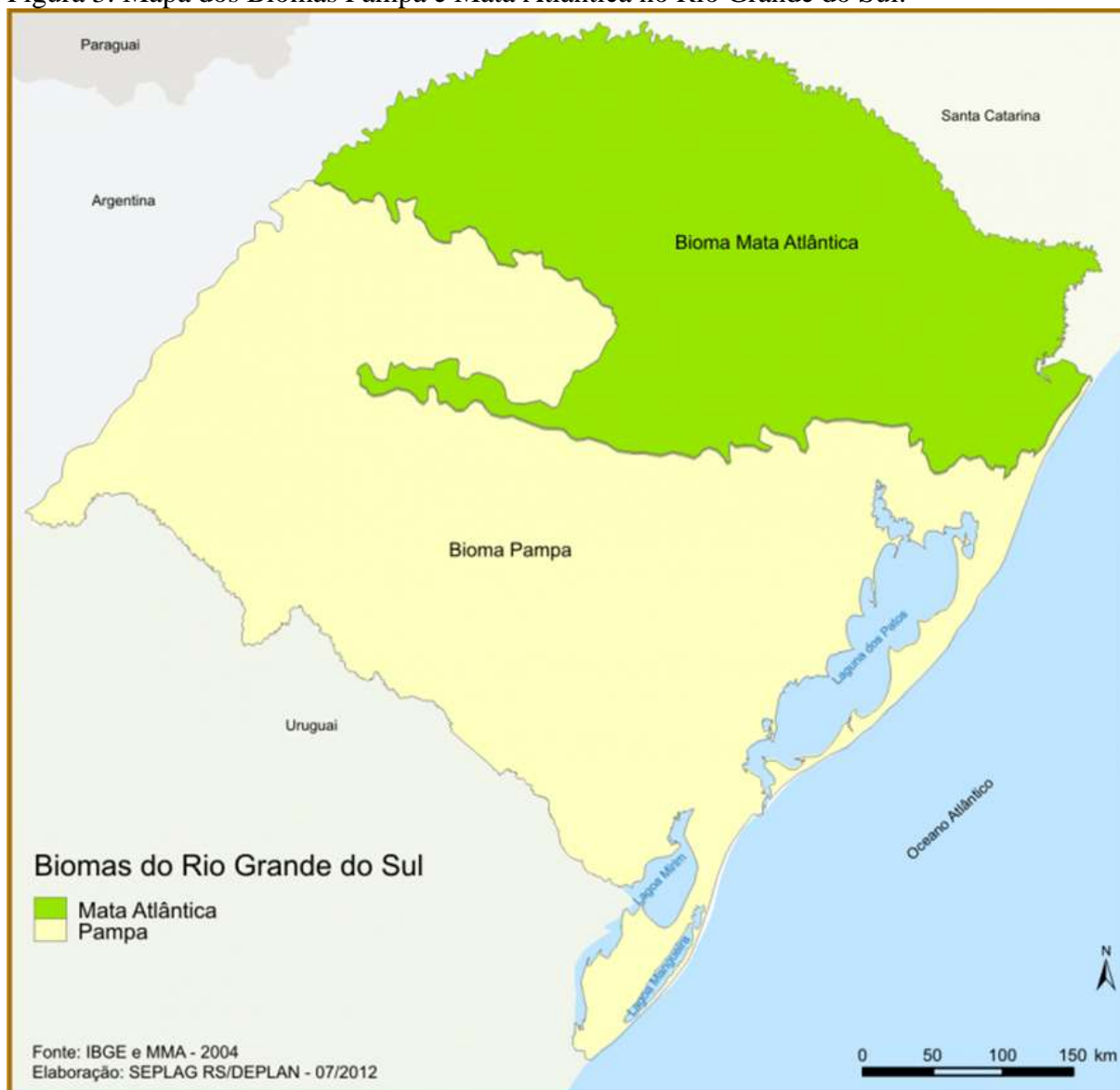


Fonte: Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul, (2022)

3.5 Vegetação natural

A vegetação está ligada com ao bioma pampa. Este bioma fica restrito ao Rio Grande do Sul no Brasil, e ocupa 63% do território gaúcho. As paisagens são variadas, de serras a planícies, o que predomina são os campos, capões de mata, matas ciliares e banhados. Apresenta flora e fauna próprias, biodiversidade muito grande que ainda não foi completamente descrita pela ciência. Também é neste bioma que se encontra a maior parte do aquífero Guarani. Desde a colonização açoriana, a principal atividade econômica é a pecuária extensiva, o que promove a conservação dos campos, mas está ocorrendo a expansão das áreas de monocultura, principalmente soja, e das áreas de pastagens com espécies exóticas e o resultado é a degradação rápida das áreas e descaracterização das paisagens naturais do Pampa.

Figura 3: Mapa dos Biomas Pampa e Mata Atlântica no Rio Grande do Sul.



Fonte: Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul, (2022)

3.6 Aspectos demográficos e socioeconômicos

O município de Pedro Osório tem 93,5% da população com domicílio situado na zona urbana e 6,5% da população é domiciliada na zona rural, a tabela a seguir (Tabela 1) traz a distribuição da população nas zonas rural e urbana.

Tabela 1 – Distribuição da população na zona rural e urbana no município de Pedro Osório/RS

População	Urbana	Rural
Número de pessoas	7301	510

Porcentagem	93,5	6,5
--------------------	------	-----

Fonte: Elaboração própria, (2021). Adaptado de IBGE, 2010.

A tabela a seguir (Tabela 2) traz os dados da distribuição da população urbana e rural de acordo com a faixa etária.

Tabela 2 – Distribuição da população de acordo com a faixa etária na zona rural e urbana no município de Pedro Osório/RS

Grupo de idade	Zona urbana	Zona rural
0 a 5 anos	6,9%	5,9 %
6 a 14 anos	14%	16,7%
15 a 24 anos	14,9%	11%
25 a 39 anos	18,4%	23,9%
40 a 59 anos	17,6%	26,9%
60 anos ou mais	18,1%	15,7%

Fonte: Elaboração própria, (2021). Adaptado de IBGE, 2010.

O PIB per capita do município é de R\$ 21.268,82, ocupando a posição 2371^a no País, 446^a no estado e 17^a na região (IBGE, 2019). Possui o Índice de Desenvolvimento humano (IDH) de 0,678 (PNUD, 2010). O índice de Gini, utilizado para medir a desigualdade da distribuição de renda é de 0,5008 (IBGE, 2010). O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do município de Pedro Osório no ano de 2019 foi de 0,66, enquanto o bloco saúde esteve com índice 0,73, o bloco educação esteve 0,68 e o bloco renda apresentou índice 0,56.

O Valor Adicionado Bruto a preços correntes no ano de 2018 foi de R\$ 157.140,79 (x 1000), a atividade agropecuária teve uma participação de R\$ 52.224,55 (x 1000) neste valor (IBGE, 2019).

3.7 Produção agropecuária

A produção agropecuária do município tem destaque na parte da agricultura no cultivo dos grãos de arroz e soja com 1.624 hectares e 11.031 hectares respectivamente cultivados. Já a pecuária é destaque pela criação de bovinos e ovinos, com 31.829 cabeças e 10.443 cabeças respectivamente (IBGE, 2017).

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, o número de estabelecimentos agropecuários do município é de 165 e a área total dos estabelecimentos agropecuários é de 55.437 hectares, destes 12.060 hectares são utilizados para lavouras, 5.452 hectares são áreas de matas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal e 4.491 hectares são de florestas plantadas e 30.733 hectares são destinados para pastagens (naturais ou cultivadas).

3.8 Hábitos culturais

Pensando na questão do rural, a metade Sul do Rio Grande do Sul tem uma realidade diferente em termos de estrutura fundiária, de formação cultural e de tipo de agricultor familiar. As mudanças ocorridas durante a história na economia, no ambiente e no mercado fizeram a pecuária conservar-se como a atividade principal, mesmo com a redução das áreas das propriedades, e formou um "tipo" peculiar de produtor, o pecuarista familiar, assim se caracteriza a grande maioria dos moradores do meio rural de Pedro Osório.

Essa identidade do homem do campo, pecuarista, permeia o meio urbano, pois a população urbana apesar de ser maioria, está intimamente ligada ao rural, seja pelos antepassados ou pelo próprio presente visto que uma grande parcela da população pedrosoriense se destaca por morar no urbano e ter sua renda gerada nas propriedades rurais pela criação do gado e das ovelhas.

Nota-se que a região é formada pelo tradicional gaúcho, onde os hábitos de lazer estão ligados aos tradicionais rodeios e bailes com cume na semana farroupilha, além do aproveitamento das riquezas naturais da região, como o Rio Piratini que serve como praia nos mormaços do verão. A culinária tradicional é tradicionalmente composta por dois ingredientes básicos: o arroz e a carne. Deles pode-se citar como pratos tradicionais, o churrasco e o arroz carreteiro.

4 CONCEPÇÕES SOBRE PECUÁRIA FAMILIAR

Neste capítulo será apresentada de forma sucinta a análise do que a literatura já expôs sobre o tema pecuária familiar, além de trazer aspectos importantes que já foram abordados para o desenvolvimento rural, as vulnerabilidades e a sustentabilidade para essa parte da população rural.

4.1 A formação da pecuária familiar inserida no município de Pedro Osório

Para fins de reconhecimento deste estrato social na história de Pedro Osório, buscou-se por dados históricos e geográficos que pudessem corroborar com a existência desse grupo e sua forma de agir e pensar, a partir de outras referências.

Em 1809, época da divisão do Rio Grande do Sul em quatro municípios, a região onde se localiza atualmente o município de Pedro Osório, passou a fazer parte do Município do Rio Grande. Assim, sucessivamente, as terras mudaram de “donos” conforme a criação de novos municípios; em 1830, Olimpo (como era chamado) se torna parte de Piratini e, em 1855, passa a pertencer à Jaguarão; em 1890 a Arroio Grande (TORRES, 2014).

Apesar de, na maior parte das descrições realizadas pelos diferentes autores não fazer referência a presença de pequenas propriedades na parte Sul do estado, considerada de ocupação pecuário-militar alicerçada no “latifúndio”. Os dados dos municípios deste estudo referentes à distribuição fundiária de 1920 apresentados no Quadro 1, entretanto, permitem formar outras constatações.

Quadro 1 – Número de estabelecimentos rurais, segundo a extensão territorial dos imóveis, no município de Arroio Grande/RS em 1920.

Município	Total de estabelecimentos	Até 41 ha	41 a 100 ha	101 a 200 ha	201 a 400 ha	401 a 1000 ha	1001 a 2000 ha	2001 a 5000 ha	5001 a 10000 ha	Acima de 10000 ha
Arroio Grande	535	175	89	64	63	77	31	27	6	3

Fonte: Elaboração própria, (2021). Adaptado de FEE, 1981.

O Quadro 1, acima, mostra que as pequenas propriedades já estavam presentes em grande número, em 1920, nos municípios da Metade Sul tidos como de latifúndio (é verdade que em área ocupada pouco significava) e onde não haveria agricultura familiar. As áreas tidas como inviáveis economicamente (até 200 ha), por sua pouca escala representavam 61,3% do total dos estabelecimentos de Arroio Grande/RS.

Farinatti (2005, p.3) faz referência aos pequenos produtores na região da campanha gaúcha neste mesmo período, “tanto lavradores quanto pastores, coexistiam com os grandes estancieiros”, e aponta que já no período colonial, várias fontes documentais informam sobre uma realidade agrária bem mais complexa.

O mesmo autor pondera sobre o comportamento destes pequenos produtores que produziam em “pequena escala”, e avalia que o desempenho continha “uma lógica econômica diversa da grande pecuária” e que “era possível manter uma criação nesses níveis com trabalho familiar”, ainda considerando a parcela pequena que seus rebanhos representavam “eles eram socialmente muito representativos” (FARINATTI 2005, p. 11).

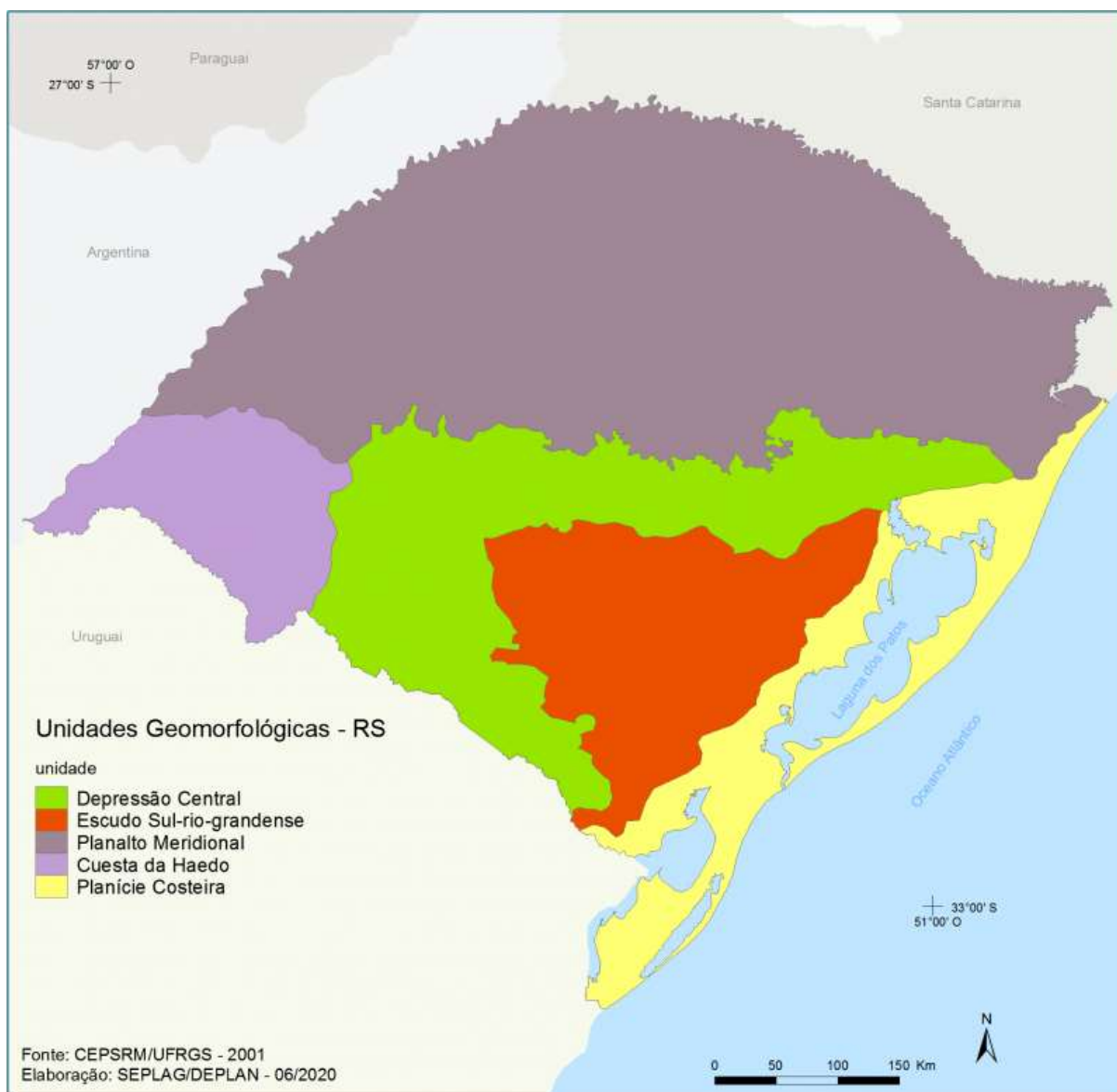
Bandeira (1994, p. 20) menciona os proprietários de áreas pequenas para criação de gado, que quando pressionados por alguma crise, vendiam o gado, o campo ou o arrendava e iam para as cidades, despreparados para as atividades oferecidas no meio urbano, iniciavam um processo de empobrecimento, que em no máximo duas gerações levava até mesmo a miséria. Sobre isso Ribeiro (2009, p. 125) comenta que este fato realmente aconteceu com muitos pecuaristas e que “acabaram influenciando a conduta dos pecuaristas, que permaneceram no campo e na atividade da bovinocultura de corte, de uma maneira que passaram a ter uma grande aversão ao endividamento e ao risco”.

De acordo com Bandeira (1994, p. 20) difundiu-se entre os pecuaristas um comportamento conservador, fazendo com que preferissem “uma rentabilidade mais baixa, porém segura, a enfrentar os riscos de perdas de capital implícitos nos investimentos necessários para a adoção de inovações tecnológicas caras ou para a introdução de linhas de produção alternativas”.

Ribeiro (2009, p. 27) informou que “grande parte dos pecuaristas familiares identificados está assentada sobre ambientes considerados frágeis” e que “grande número destas famílias vive no Planalto Sul Rio-grandense (Serra do Sudeste)”. O município de Pedro Osório está assentado sobre o Escudo Sul Rio-grandense, citado por alguns autores como Planalto Sul Rio-grandense.

O Escudo Sul-Rio-Grandense constitui a estrutura geológica mais antiga do Rio Grande do Sul (pré-cambriano), com relevo que varia de plano a forte ondulado e uma altitude que varia entre 100 e 400 metros. Destacam-se duas subunidades de paisagem: Campos do Sudeste e Campos Mistos. Com uso pastoril, a subunidade Campos do Sudeste situa-se na parte centro-oeste, tem cobertura de gramíneas e relevo que varia de plano a ondulado (coxilhas). A subunidade Campos Mistos, localizada na porção centro-leste desta unidade de paisagem, apresenta cobertura de gramíneas associada a uma vegetação arbórea. (MIGUEL 2018, p.188)

Figura 4: Mapa das Unidades Geomorfológicas do Rio Grande do Sul.



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2010.

As famílias de pecuaristas familiares que estão sobre o Escudo Sul Rio-grandense são consideradas por Ribeiro (2009, p. 27) assentadas “sobre ambientes considerados frágeis (do ponto de visto produtivo)” e que “desenvolveram maneiras de sobrevivência, de produção e de relação com o ambiente, que também precisam ser mais bem compreendidas e descritas”.

4.2 A agricultura familiar e a pecuária familiar

Para entender e explicar os modos de vida dos “pecuaristas familiares” é importante expor o início da agricultura familiar no Brasil e as principais linhas de interpretação, no sentido de estabelecer o enfoque explicativo.

O surgimento da agricultura familiar no Brasil, de acordo com Schneider (2013, p. 8) “tem a ver com a retomada do papel do movimento sindical após o fim da ditadura militar” e o reconhecimento “está relacionado ao papel dos mediadores e intelectuais, especialmente cientistas sociais que debateram o tema no início da década de 1990’.

O debate sobre a agricultura familiar no Brasil é bem recente. Antes da década de 1990, a própria referência à agricultura familiar era quase inexistente no país, uma vez que os termos comumente utilizados para classificar e identificar essas categorias sociais eram os de pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda (SCHNEIDER, 2013).

Estas classificações não explicam, por si só, a complexidade da realidade, trata-se de um conceito bancário, cadastral e insuficiente para a compreensão das diferenças entre os produtores, suas famílias e as suas lógicas. O termo “pequeno produtor” identifica aqueles agricultores que possuem menos terra e menos capital, que possuem uma entrada periférica nos mercados agrícolas e que obtêm baixas produtividades (RIBEIRO; 1997).

Ainda explorando a identificação da agricultura familiar no quesito área, Ribeiro (2009, p. 51) explica que “reduzindo as diferenças a uma questão de tamanho desaparecem os aspectos qualitativos e as soluções dos seus problemas passariam a ser apenas as questões tecnológicas e de mercado”. O autor também constata que os “pequenos produtores não se distinguem dos demais apenas pela “pouca terra e produção”, mas sim, pelas formas específicas que organizam a sua vida e a vida da sua família”.

Para Schneider e Cassol (2013) é possível dividir as duas últimas décadas, no que diz respeito a agricultura familiar brasileira, em 3 fases, onde a primeira consiste na redescoberta da agricultura familiar, marcado pela afirmação política e acadêmica, e esta fase vai de 1990 a 1995. A segunda fase marcada pela criação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em 1996 e amplia-se até 2006, com a criação da Lei nº 11.326 de 24 de junho de 2006, marcando a institucionalização da agricultura familiar. E a terceira fase, a qual está hoje, refere-se ao debate sobre a agricultura familiar, seu lugar e papel no desenvolvimento rural do Brasil.

Apesar do termo “agricultura familiar” ser novo, para Wanderley (1996, p.2) ela “não é uma categoria social recente nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na Sociologia Rural”. Ainda segundo a autora:

O conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar

família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. (WANDERLEY, 1996, p. 2)

Segundo a mesma autora a agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar com particularidades que dizem respeito aos “objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global” (WANDERLEY, 1996, p. 2). Desta mesma forma, de acordo com Ribeiro (2009, p. 56) “os pecuaristas familiares se apresentam muitas vezes com características camponesas nas suas relações com o mercado e por sua lógica de organização interna”.

Ellis (1988) *apud* Ribeiro (2009, p. 53) afirma que “que os camponeses não são, como outros empreendimentos rurais, vinculados inteiramente aos mercados econômicos”, e destaca que “a família e a unidade doméstica como uma unidade “única” de análise econômica”. Ainda indica que:

É inadequado utilizar os termos como “tradicional”, “subsistência” e “pequenos produtores” para designar os camponeses, pois eles têm significado restrito (tradicional = pouco moderno, subsistência = consumo sem venda, pequenos produtores = limite de área) devendo, os camponeses, serem considerados de forma mais ampla. Ou seja, os camponeses são muito mais complexos do que estes termos representam. (ELLIS, 1998) *apud* (RIBEIRO, 2009, p. 53)

A agricultura familiar não é sinônimo de trabalho familiar, porém a estrutura familiar faz parte do contexto da produção agrícola de uma unidade de produção agropecuária. O caráter familiar de produção não pode ser abreviado ao uso do trabalho familiar. Em termos conceituais para que seja considerada familiar a produção, exige-se que pelo menos um membro da família exerça a atividade de trabalhador dentro da unidade de produção agrícola (SALVOLDI; CUNHA, 2010).

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1997, p.3)

A renda proveniente dos demais membros da família, considerando que estes exerçam trabalhos não agrícolas, pode complementar a exploração agropecuária como pode ser uma segunda opção por opção de segurança da família.

Os conceitos de agricultura familiar, encontrados na literatura, não estabelecem limites de máximos de área a ser explorada, porém na prática o que limita o tamanho das áreas que

serão exploradas pela família é o nível de desenvolvimento tecnológico dos sistemas por elas adotados.

A diferenciação da agricultura familiar vai além dos recursos econômicos ou a capacidade de geração de renda, segundo Lamarche (1994):

Os agricultores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que tem para o futuro. Suas chances de atingir o modelo ideal, ou simplesmente de se aproximar dele, dependerão da complementaridade de seu projeto junto ao que a sociedade elaborou para eles. (LAMARCHE, 1994, p.19).

No entanto, não podemos afirmar que os agricultores familiares são uma classe homogênea, uma análise simples evidencia dentro de cada município uma diversidade de agricultores familiares com distintas atividades, alguns se mantendo na categoria há muitos anos e outros atingindo patamares maiores de produção agropecuária.

Apesar de, no âmbito brasileiro, a agricultura familiar abranger desde famílias muito pobres até famílias detentoras de generosos recursos e terras, os agricultores são de fato pequenos produtores. Além disso, Cotrim (2003, p.24) afirma que “fatores locais, como os sociais, ambientais, econômicos, políticos e culturais, são importantes para identificar a que tipo de agricultura se está referindo”.

Os sistemas de produção com base familiar são sistemas que visam uma autonomia produtiva, buscando primeiramente atender as demandas familiares e, portanto, o conceito de agricultura familiar ainda gera muitos debates no âmbito acadêmico e governamental, pois ainda há lacunas na concepção de agricultura familiar quando se baseiam somente nos quesitos área e renda (COTRIM, 2003).

Para Lamarche (1993) *apud* Cotrim (2003, p.26), a definição de exploração familiar é compreendida como “uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”, e Ribeiro (1997) *apud* Ribeiro (2009, p. 60), afirma que “agricultor familiar é aquele que constrói toda a sua estratégia de sobrevivência e multiplicação dos bens que possui a partir da família”.

Como podemos ver, muitos autores têm se preocupado em identificar e definir a agricultura familiar, alguns tentando identificar as suas peculiaridades, outros ainda propondo fazer a análise a partir da diferenciação da agricultura empresarial ou patronal. De acordo com Wanderley (2003, p. 43) “o conceito agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Pronaf que propõe uma tipologia de beneficiários em função da sua capacidade de atendimento”. Ou seja, o que há são diversas definições operacionais para programas específicos.

A Lei da Agricultura Familiar nº 11.326 de 24/07/2006, no seu artigo 3º, considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006)

A definição de agricultura familiar não se resume a pequeno produtor, mas a um grupo de famílias do meio rural cheia de diversidades e complexidades. Da mesma forma os pecuaristas familiares não são apenas os produtores que têm bovinos de corte em pequenas áreas, mas sim uma combinação com outros fatores.

Ribeiro (2009, p. 61) concluiu após seus estudos que a agricultura familiar é uma forma de gestão “que, a partir da família, organiza os seus “modos de vida” na busca da sua sobrevivência e reprodução a partir dos recursos disponíveis, capacidades e das suas expectativas”. O que fica claro é que há uma diversidade enorme de "tipos" de produtores familiares que devem ser considerados e compreendidos a partir das suas diferenças.

Algumas atividades produtivas normalmente são caracterizadas equivocadamente como homogêneas, como é o caso da ovinocultura e bovinocultura de corte. De acordo com Waquil *et al.* (2016, p.12) a própria pecuária familiar não é homogênea, e que essa diversidade “é representada pelos modos de vida e pelas estratégias adotadas, que acabam por conduzir a diferenciadas dinâmicas de desenvolvimento”.

Neste trabalho, descreve-se um tipo de agricultor familiar, dedicado à bovinocultura de corte e, também a ovinocultura de forma extensiva em áreas consideradas pequenas. Estes agricultores familiares diferenciados, já são definidos e enquadrados a partir de alguns trabalhos como “pecuaristas familiares”.

O termo “pecuarista familiar” começou a surgir a partir dos anos 2000, principalmente por conta da extensão rural, da pesquisa agropecuária e por entidades representativas. Apesar do avanço dos estudos sobre, principalmente, a pecuária de corte no Rio Grande do Sul e da pecuária familiar, ainda há lacunas, diferenças teórico-conceituais (RIBEIRO, 2009).

Mais precisamente, de acordo com Ribeiro (2009, p. 63) “a EMATER/RS foi a primeira entidade a descrever o “pecuarista familiar”, numa tentativa de identificar o público a ser, prioritariamente, atendido pelos serviços de extensão rural”. O autor ainda defende que

apesar de ser uma definição operacional para enquadramento nos programas e políticas públicas, ainda é a melhor descrição existente.

A pecuária familiar faz referência a um tipo de pecuarista dedicado basicamente à criação de bovinos e ovinos, embora o Decreto Estadual nº 48.316, de 31 de agosto de 2011, também mencione a criação de caprinos e bubalinos com a finalidade de corte. Além disso, essa atividade é desenvolvida no âmbito familiar, sendo a principal fonte de renda das famílias.

A partir do trabalho que contou com técnicos da EMATER/RS-ASCAR de todo o estado do RS, identificaram o pecuarista familiar como sendo aquele que atendesse aos seguintes padrões:

- a) Tenham como principal fonte de renda a criação de bovinos de corte/ovinos ou que tenha estas atividades ocupando a expressiva maior parte da área do seu estabelecimento rural;
- b) Atenda cumulativamente os seguintes critérios:
 - more na propriedade rural ou em aglomerado urbano próximo;
 - tenha no mínimo 80% da renda gerada na atividade agropecuária;
 - use mão-de-obra familiar, considerando-se os critérios normalmente adotados para caracterizar a agricultura familiar (adotados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF);
 - tenha renda bruta anual não superior a R\$ 40.000,00 excluídos os benefícios previdenciários decorrentes das atividades rurais;
 - seja proprietário ou arrendatário de estabelecimento (área contígua ou não) com área não superior a 300 ha. (EMATER/RS-ASCAR, 2000)

Dos anos 2000 até os dias atuais, importantes trabalhos já foram publicados com referência a pecuária familiar. Waquil *et al.* (2016, p. 128), afirma que a” a pecuária familiar é um tipo de agricultura familiar distinta com características internas que lhe conferem uma diversidade de sistemas e de produtores” e que foi “forjada sob condições históricas de luta e adaptada ao ambiente sociocultural”.

Para compreender a pecuária familiar, deve-se conceber o pecuarista familiar como um ator social diferenciado étnica e culturalmente, ligado a um conjunto de fenômenos históricos. Portanto, deve-se evitar estabelecer uma vinculação exclusiva com o sujeito tradicional sob a ótica do passado, para percebê-lo nas suas expressões contemporâneas como sujeitos detentores de interesses legítimos e direitos e, como tal, protagonistas que compõem, de forma singular, o tecido sociocultural e produtivo do estado do Rio Grande do Sul. (WAQUIL *et al.*, 2016, p.13)

De acordo com Waquil *et al.* (2016, p.12) os estudos sobre os pecuaristas familiares serviram para esclarecer que a pecuária do Rio Grande do Sul não era exclusiva do grande produtor rural e que existem no Estado “em torno de 60 mil famílias de pecuaristas familiares, as quais representam 70% do total de empreendimentos rurais dedicados à atividade da pecuária de corte”.

Ribeiro (2009, p. 258) conclui que os pecuaristas familiares possuem características diferenciadas em relação à história, clima, atividade e mercado e que por isso as suas estratégias de sobrevivência e reprodução são diferentes, também que o seu modo de vida “estabelece mecanismos de sobrevivência na busca da diminuição de suas vulnerabilidades”.

Da mesma forma Waquil *et al.* (2016, p.103) completa que esse estrato social assim denominado tem “objetivo claro de identificar uma nova tipologia, se constituem em um tipo diferenciado de agricultor familiar” e que “para ser um pecuarista familiar não basta “ter” alguns bovinos de corte, mas sim ter a lógica e o modo de vida dos pecuaristas familiares”.

Por fim, compreende-se a pecuária familiar como um sistema de produção, reprodução e manifestação que apresenta características fundamentais e aderentes ao conceito de agricultura familiar, na qual sua importância se mostra crucial na manutenção do homem e de sua família no campo, categoria social está de extrema relevância na produção pecuária e, por conseguinte, na produção de alimentos, bem como na participação como protagonista do desenvolvimento rural sustentável, na reconfiguração dos agroecossistemas e na discussão temática de políticas públicas que atendam às reais necessidades desse público específico. (WAQUIL *et al.*, 2016, p.128)

5 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PECUARISTA FAMILIAR

As décadas de 1960 e 1970 são consideradas marcos da intervenção do Estado brasileiro na agricultura (GRISA, 2010, p.84). Neste período, os mecanismos utilizados pelo governo foram a pesquisa e o fomento, o crédito agrícola e a política de preços mínimos direcionados para o processo de modernização da agricultura (MIELITZ NETO, MELO e MAIA, 2010, p. 49). Grisa reforça esse entendimento apontando os instrumentos que o Brasil utilizou para o desenvolvimento agrícola no período:

Em termos de política agrícola, sua atuação concentrou-se em cinco instrumentos principais: financiamento da produção por meio da institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), garantia de preços e comercialização através da Política de Garantia Preços Mínimos (PGPM), transferência de tecnologia e assistência técnica pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), inovações tecnológicas promovidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e garantia de seguro agrícola por meio do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO). (GRISA, 2010, p.84)

Nesta fase do desenvolvimento brasileiro Mielitz Neto, Melo e Maia, (2010, p. 51) afirmam que “era importante que o setor agrícola cumprisse as funções de fornecedor de alimentos e matérias primas aos centros urbanos industrializados”, contudo, Grisa (2010, p.84) aponta que o “caráter triplamente seletivo deste conjunto de instrumentos beneficiou apenas um grupo restrito de produtos, agricultores e regiões”.

Aos agricultores familiares – reconhecidos como produtores de baixa renda, pequenos agricultores ou produtores para a subsistência – couberam, sobretudo, as consequências do processo de modernização: endividamento, desemprego, perda das terras, êxodo rural e agrícola, degradação ambiental etc. (GRISA, 2010, p.84)

Só recentemente, em meados da década de 1990, que os pequenos produtores foram reconhecidos e contemplados com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e segundo Alberti (2008, p163) as políticas públicas que surgiram no Brasil a partir de então, foram motivadas por dois principais fatores: “a crescente necessidade de intervenção estatal frente ao quadro crescente de exclusão social e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais”.

Navarro (1997) *apud* Ribeiro (2009, p. 58) reconhece que, independente dos problemas de natureza teórico-conceituais atribuídos à expressão “agricultor familiar”, o fato de haver o reconhecimento da sua importância e o estabelecimento de políticas diferenciadas é extremamente significativo e importante. Schneider e Cassol (2013, p.8) também apontam que o papel do Estado ao reconhecer o setor, deu também visibilidade a partir da criação do PRONAF.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi lançado em 1996 e disponibilizou, desde então, crédito subsidiado para os agricultores familiares nas mais diversas linhas. Porém, nas normas para o acesso dos beneficiários ao PRONAF de 2002 havia a proibição explícita para a aquisição de animais para pecuária de corte. Somente em 2004, após protestos e manifestações significativas pelas entidades representativas e pelos próprios pecuaristas familiares, estes foram incluídos como público beneficiário. De certa forma, os pecuaristas familiares até os anos 2000, foram “invisíveis” à sociedade. (RIBEIRO 2009, p. 21).

Ribeiro também pondera que esses produtores, embora empobrecidos economicamente e relativamente abandonados em termos de acesso às políticas públicas, desenvolveram maneiras de sobrevivência, de produção e de relação com o ambiente, que também precisam ser mais bem compreendidas e descritas, e afirma que a existência de produtores que apresentaram uma adaptabilidade ao meio ambiente, mantendo formas produtivas mais “tradicionais” exige “um estudo mais aprofundado inclusive para o estabelecimento de posturas técnicas de intervenção” (RIBEIRO 2009, p. 28).

Alguns fatores contribuem para que os pecuaristas familiares não sejam reconhecidos como agricultores familiares e possam acessar as mesmas políticas públicas de âmbito nacional:

O primeiro é que a bovinocultura de corte é considerada como uma atividade da agricultura patronal que exige grandes áreas, sendo considerada “inviável” para pequenas áreas com a utilização de pastagens nativas. O segundo fator é que estes agricultores familiares diferenciados estão localizados, em grande parte, em uma região identificada (Metade Sul do Rio Grande do Sul e o bioma pampa), por sua história e por sua tradição, como a região do “latifúndio improdutivo” e da “grande propriedade” onde não haveria pequenos produtores e nem agricultura familiar. O terceiro fator é a forte identificação dos pecuaristas familiares com a estância e com o estancieiro o que acabou fazendo com que os pecuaristas familiares ficassem sem uma representatividade política e fossem praticamente “invisíveis”. (RIBEIRO 2009, p. 259).

Neste estudo realizado por Ribeiro (2009, p. 263), o autor identificou que a principal política pública que os pecuaristas familiares tinham acesso era a aposentadoria rural, a qual se constituía “em um enorme “amortecedor”, em relação às crises, para um grupo significativo de pecuaristas familiares”, fosse para a manutenção da renda da família, ou para custeio e investimento na atividade produtiva.

Para Waquil *et al.* (2016, p.154) muitas vezes os pecuaristas familiares não são reconhecidos uma como categoria social, sobretudo “por se tratar de uma categoria política”, que foi estabelecida para atender as reivindicações de uma parcela da sociedade “que não tinha acesso às políticas públicas para fomento da atividade pecuária em pequena escala”. O mesmo autor, indica que talvez a “invisibilidade” deste grupo para a sociedade esteja próximo do fim devido ao Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar (PECFAM), instituído pela Lei nº 13.515 (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

Em 2011 o PECFAM foi regulamentado pelo Decreto nº 48.316. Este decreto definiu, em seu artigo 3º, quais condições os pecuaristas devem atender para serem considerados pecuaristas familiares:

- I – tenham como atividade predominante a cria ou a recria de bovinos e/ou caprinos e/ou bubalinos e/ou ovinos com a finalidade de corte;
- II – utilizem na produção trabalho predominantemente familiar, podendo utilizar mão de obra contratada em até cento e vinte dias ao ano;
- III – detenham a posse, a qualquer título, de estabelecimento rural com área total, contínua ou não, inferior a trezentos hectares;
- IV – tenham residência no próprio estabelecimento ou em local próximo a ele; e
- V – obtenham no mínimo setenta por cento da sua renda provinda da atividade pecuária e não agropecuária do estabelecimento, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

É relevante destacar as diferenças entre as regras para enquadramento no PRONAF e no PECFAM, principalmente no quesito área. Enquanto a Lei Federal nº 11.326, estabelece em seu artigo 3º que serão considerados agricultores familiares aqueles que detenham, a qualquer título, área de no máximo 4 (quatro) módulos fiscais, o Decreto Estadual nº 48.316

estipula que o pecuarista familiar pode deter posse, a qualquer título, de estabelecimento rural com área total, contínua ou não, inferior a trezentos hectares.

Essa diferença em termos de área excluiu muitos pecuaristas familiares de acessarem o PRONAF, visto que o número de hectares de 1 (um) módulo fiscal em Pedro Osório são 16, só se enquadram produtores detentores de áreas de até 64 hectares. Mesmo dentro do Rio Grande do Sul, os maiores módulos fiscais chegam somente a 40 hectares, o que enquadraria pecuaristas familiares com até 160 hectares, muito diferente dos 300 hectares estabelecidos pelo PECFAM (INCRA, 2013).

Essa dificuldade de enquadramento ao PRONAF encontrada pelos pecuaristas familiares, foi citada por Fochezzato *et al.* (2004, p. 13) em que ele arremata como “por ser uma atividade extensiva, o tamanho do estabelecimento geralmente ultrapassa o critério estabelecido, e a atividade pecuária de corte, pré-concebida como sendo homogênea e de grande porte, não foi contemplada nesta política.”

Pensando na diversificação das atividades agropecuárias, entende-se que a assistência técnica e extensão rural tem um papel importante na disseminação de conhecimentos e técnicas. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) foi instituída no ano de 2004 e alterada em 2010, quando contou com a consulta dos agentes extensionistas e suas instituições e às organizações representativas dos agricultores familiares (MILAGRES *et al.*, 2018).

A Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010, instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), tem seu artigo 4º, entre outros objetivos, apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais.

É importante salientar que o Plano Safra, conjunto de políticas para atendimento ao agronegócio que tem vigência de julho a junho, tem uma linha especial para o atendimento da agricultura familiar, no âmbito do PRONAF, e dispõe linhas de crédito para investimentos agropecuários e custeio de safras com juros menores que outras linhas de crédito para a agropecuária em geral (BRASIL, 2021).

Também no Plano Safra, entre os mecanismos de crédito, está o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor (PRONAMP) instituído em 2010, com objetivo de apoiar a categoria “que até os dias atuais está definida somente pelo critério econômico da renda” (FOSSÁ, 2022, p. 41). A taxa de juros do programa posiciona-se “no centro entre as tarifas

executadas pelo PRONAF e aos demais agricultores (os grandes e muito grandes)” (FOSSÁ, 2022, p. 43).

Na pesquisa realizada, no que se refere ao PRONAMP, não há critérios estabelecidos quanto a área da propriedade, sendo a renda bruta anual de até R\$2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) o único limitante para enquadramento (MCR, 2021).

Na esfera federal, vale lembrar que outros programas que exigem a DAP também não podem ser acessados pelos pecuaristas familiares (que detenham mais de 64 hectares no caso de Pedro Osório), como é o caso do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). A Lei 11.947 de 16 de junho de 2009 estabelece que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações (BRASIL, 2009).

Também, o Programa Alimenta Brasil (PAB) Instituído pela Lei nº 14.284 de 29 de dezembro de 2021, em substituição ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), prevê a compra de até R\$12.000,00 de agricultores familiares que se enquadrem na Lei Federal 11.326 (BRASIL, 2021).

Desde o Decreto nº 48.316, 11 anos se passaram e o que foi possível identificar com a revisão de literatura, é que o público “pecuarista familiar” está tendo visibilidade e sendo beneficiado dentro dos programas de âmbito estadual. Nos editais e manuais dos programas se verifica nas regras de enquadramento a exigência de que o beneficiário seja agricultor familiar com Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) ou pecuarista familiar com Declaração de Pecuarista Familiar.

O Programa Avançar na Agropecuária e no Desenvolvimento Rural lançado recentemente pelo Governo do Estado do RS prevê projetos de reservação de água e de irrigação, e o fortalecimento da agricultura familiar através de financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos, insumos e construções para o apoio e desenvolvimento, sendo que o conforme consta nos manuais do programa, os pecuaristas familiares são público beneficiário (SEAPDR, 2022).

O Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER) é uma política creditícia, em consonância com a política de desenvolvimento agropecuário do Estado do Rio Grande do Sul, que concede financiamentos à agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, atendendo, simultaneamente, aos

requisitos do PRONAF e pecuaristas familiares que atendam conjuntamente os critérios definidos no regulamento do PECFAM (SEAPDR, 2021).

Dentro desta realidade é possível perceber que as políticas públicas estão voltadas para o apoio aos produtores, principalmente dentro das suas atividades econômico-produtivas, sem fundamentalmente ter a ver com uma política específica para a diversificação das atividades, mas sim contribuir para as já existentes, visando o aumento da produção, a sustentabilidade econômica e a lógica de mercado.

Waquil (2016, p. 104) nota que a maior parte das ações e das políticas públicas tem sido no sentido de modernizar a produção agrícola e inserir os pecuaristas familiares inteiramente no mercado e adverte que apesar “da boa intenção reconhecida destas políticas poderia se constituir em uma maneira de apressar a “extinção” deste modelo produtivo e deste modo de vida”.

Ribeiro (2009, p. 27) ressalta que uma melhor compreensão dos fatos é extremamente importante para que se possam pensar políticas de desenvolvimento regional considerando-se a agricultura familiar neste ambiente diferenciado e que para isto, é preciso definir com clareza e entender melhor as lógicas de sobrevivência e de reprodução dos “pecuaristas familiares” não apenas para as famílias já existentes na região, mas também para o estabelecimento de propostas futuras.

Para Rathmann (2008, p.333) movimentos “em prol de uma diversificação fortalecimento da agricultura, sejam eles oriundos de políticas públicas ou de outros movimentos institucionais ou individuais, são desejáveis, desde que criem impactos positivos sobre a qualidade de vida das famílias atingidas”.

6 OS RESULTADOS DA PESQUISA PARA DIVERSIFICAÇÃO E GERAÇÃO DE RENDA

A literatura sobre diversificação na agricultura apresenta diferentes abordagens, de acordo com a área e o enfoque dos estudos realizados. No desenvolvimento rural, a diversificação é entendida principalmente como uma estratégia necessária para diminuir a vulnerabilidade das famílias frente às incertezas e aos riscos a que estão expostas (NIEHOF, 2004 *apud* SAMBUICHI *et al.* 2014, p. 63).

Um dos principais benefícios da diversificação é aumentar a estabilidade dos sistemas. Por exemplo, os sistemas agrícolas biodiversos são mais resistentes a pragas e doenças e apresentam maior resiliência a perturbações climáticas como secas e furacões (LIN, 2011

apud SAMBUICHI *et al.* 2014, p. 66). Além da minimização dos riscos, o aumento da renda é também uma motivação que leva muitos agricultores a diversificar (SCHROTH e RUF, 2014 *apud* SAMBUICHI *et al.* 2014, p. 67).

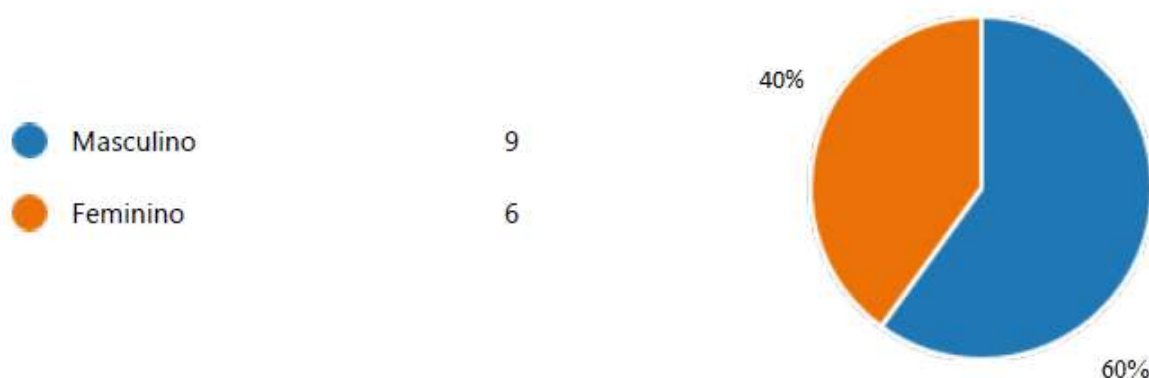
Rathmann (2008, p.333) enfatiza que “pela ampliação da diversidade produtiva, geram-se possibilidades de renda, que irão ampliar o acesso à meios de subsistência, criando consequências positivas sobre o padrão de vida das famílias e das regiões alvo das iniciativas”.

A partir da aplicação do questionário aos quinze pecuaristas familiares de Pedro Osório, muitos dados foram gerados e serão analisados a seguir. Saliento que nem todos os dados gerados na pesquisa serão abordados por entender que não são relevantes para contribuir com o problema de pesquisa.

6.1 Gênero e idade

Dos quinze entrevistados, nove eram do gênero masculino e seis do gênero feminino. Importante destacar que durante o envio dos questionários foi esclarecido aos entrevistados que as perguntas faziam referência à unidade de produção agrícola, por isso este número reflete somente a relação de gênero de quem respondeu ao questionário. A Figura 5 exibe o gênero dos entrevistados.

Figura 5 – Gênero dos entrevistados



Fonte: Dados próprios da pesquisa (2022).

A idade dos entrevistados é apresentada na Figura 6. Pode-se perceber uma pequena presença dos jovens, somente dois com idade entre 15 e 29 anos. A grande maioria dos

pecuaristas está em idade adulta ou idosa, onde 10 dos 15 entrevistados tem entre 30 e 60 anos, 3 estão acima dos 60 anos e 2 tem entre 15 e 29 anos.

Figura 6: Idade dos entrevistados

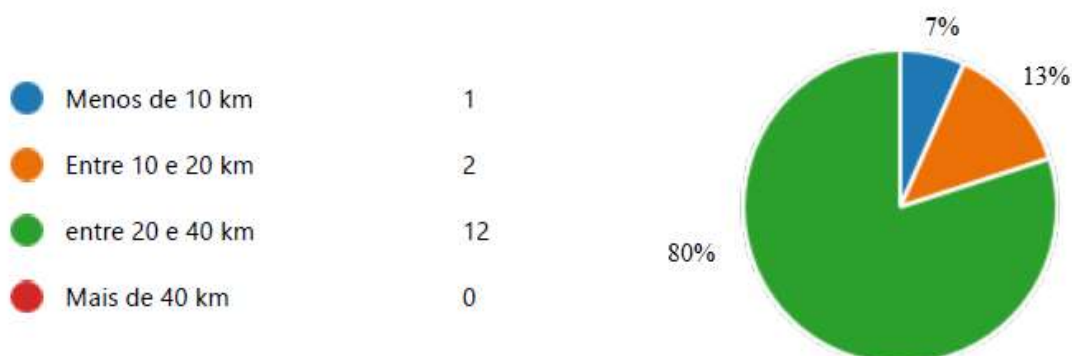


Fonte: Dados próprios da pesquisa (2022).

6.2 A localização, tamanho e relevo das unidades de produção

Por entender que a distância da propriedade até o município mais próximo pode ser fator decisivo de tomada de decisão, essa questão estava no questionário enviado aos pecuaristas familiares. As repostas estão identificadas na Figura 7.

Figura 7 – Distância da propriedade até o município de Pedro Osório/RS

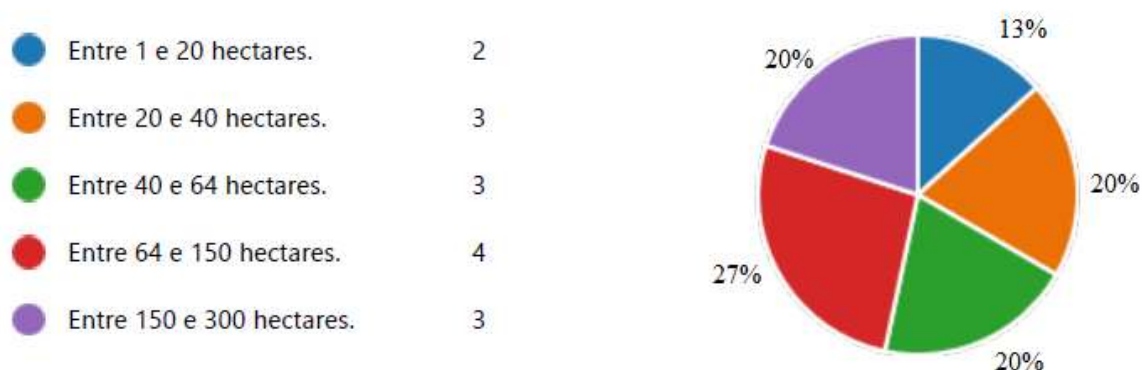


Fonte: Dados próprios da pesquisa (2022).

A grande maioria das propriedades têm distâncias entre 20 e 40 km do município, 12 entre as 15 entrevistadas. Somente 2 estão entre 10 e 20 km do município e 1 a menos de 10 km.

Essas propriedades têm tamanhos variados, entre 01 e 20 hectares, chegando a 150 a 300 hectares conforme mostra a figura a seguir (Figura 8).

Figura 8 – Tamanho das propriedades dos pecuaristas familiares de Pedro Osório

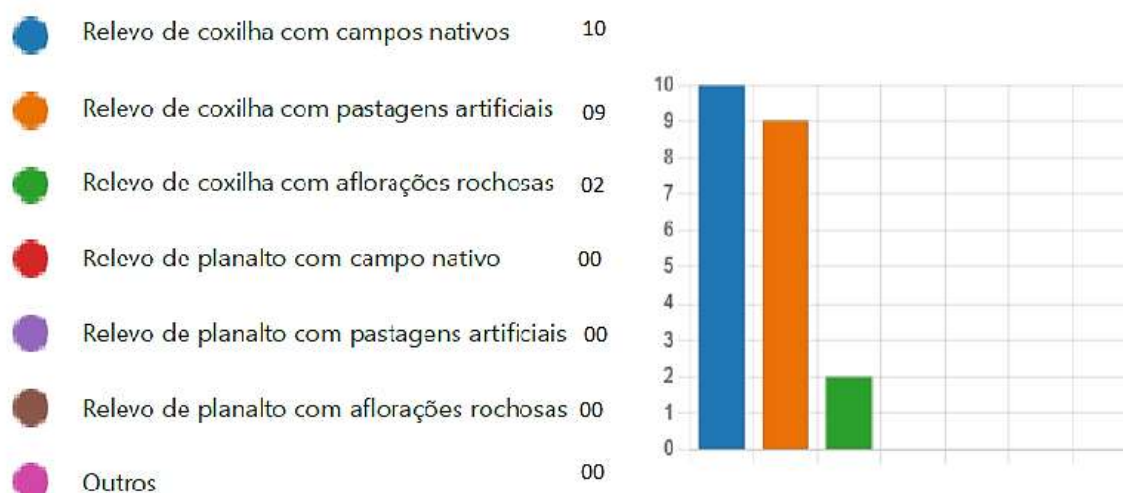


Fonte: Dados próprios da pesquisa (2022).

Considerando este dado obtido através da pesquisa, 7 entre as 15 unidades de produção entrevistadas têm mais de 64 hectares, o que leva a desenquadrar a família de acessar o PRONAF, principal política pública da agricultura familiar.

O relevo das propriedades, informado na totalidade das entrevistas, revelou que os campos dos pecuaristas familiares têm relevo de coxilha, a maioria com campo nativo e pastagens cultivadas, alguns com aflorações rochosas conforme é possível verificar na Figura 9.

Figura 9 – Relevo das propriedades



Fonte: Dados próprios da pesquisa (2022).

Ao analisar essa figura, conclui-se que os pecuaristas familiares de Pedro Osório estão inseridos na Zona Alta, que compreende as partes mais altas do relevo, comumente caracterizada como “serra” e também Zona Central que compreende as partes de relevo

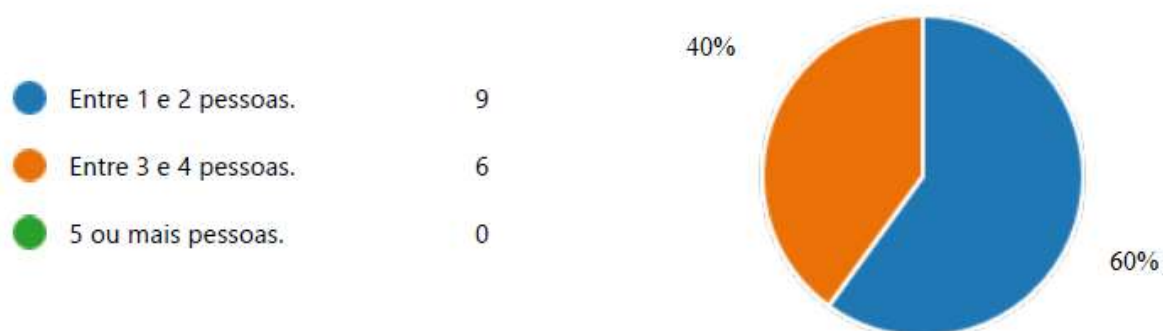
ondulado mais baixo do que a serra e que apresenta boas condições para cultivos anuais (CUNHA e SILVEIRA, 1996).

Este conhecimento também é relevante, no sentido da utilização dos recursos naturais, que se apresenta com a informação de que a maioria das propriedades ainda tem campos nativos.

6.3 A residência, a escolaridade, o trabalho e a renda no rural

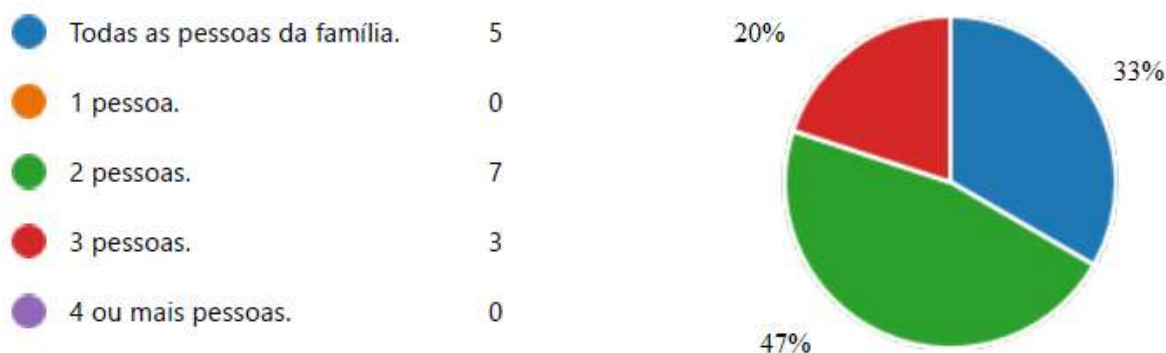
Foi perguntado aos entrevistados, quantas pessoas residem na propriedade e dessas, quantas desenvolvem atividades produtivas na propriedade. A Figura 10 e a Figura 11 representam as respostas a essas questões.

Figura 10 – Número de pessoas que residem na propriedade



Fonte: Dados próprios da pesquisa (2022).

Figura 11 – Número de pessoas que desenvolvem atividades produtivas na propriedade



Fonte: Dados próprios da pesquisa (2022).

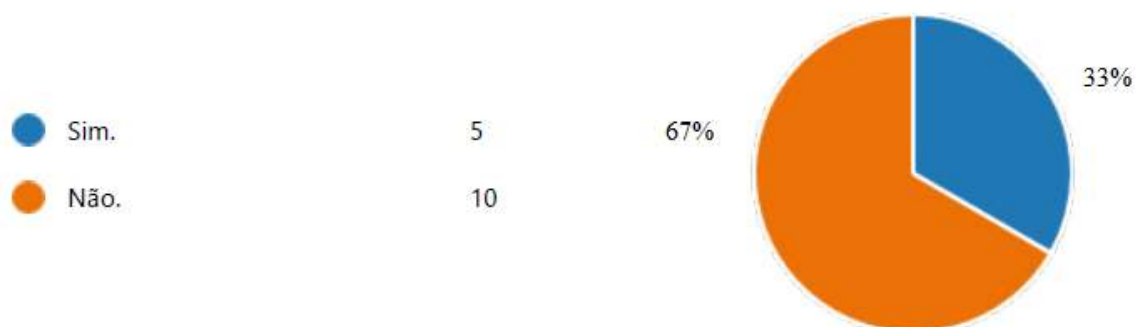
Pelas figuras (Figuras 10 e 11) acima podemos identificar, que o tamanho das famílias que residem nas propriedades rurais tem um número relativamente baixo de pessoas.

Enquanto 9 dos 15 entrevistados responderam que tem uma ou duas pessoas residindo nas unidades de produção agrícola, os outros 6 tem entre três e quatro pessoas. Nenhuma das famílias entrevistadas tem 5 ou mais pessoas residindo nos estabelecimentos.

Quando perguntados sobre quantas pessoas na família desenvolvem atividades produtivas na propriedade, 5 responderam que todas as pessoas da família trabalham na propriedade, enquanto 10 têm 2 ou 3 pessoas trabalhando na propriedade.

Assim como, quando foi perguntado se há pessoas na família que trabalham fora da propriedade, em 10 unidades de produção a resposta foi negativa, enquanto em 5 a resposta foi positiva conforme demonstra a Figura 12.

Figura 12 – Unidades de produção que tem familiar que trabalha fora da propriedade



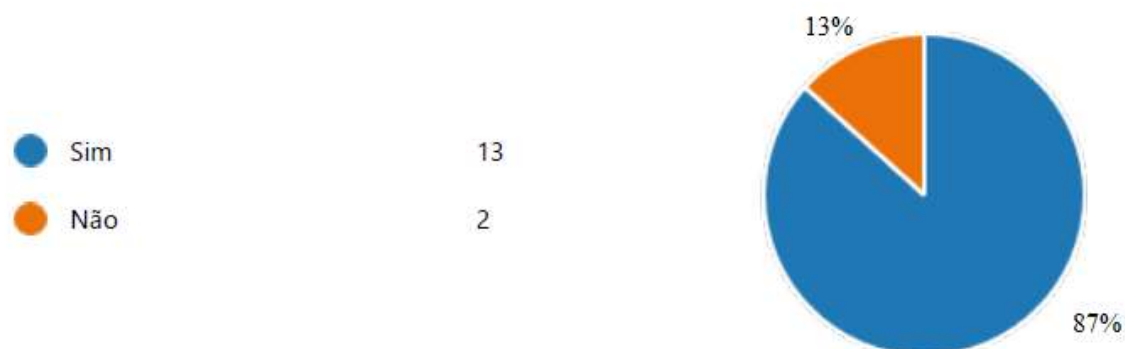
Fonte: Dados próprios da pesquisa (2022).

Para as famílias que responderam que tinham pessoas trabalhando fora da propriedade, foi questionado o que levou o familiar a trabalhar em outro local. As respostas que surgiram foram “ingresso de renda extra”, “para aumentar a renda”, “por ter tido na época oportunidade de fazer um concurso e ter carga horária de 30h semanais” e uma última “esposa é professora”, um entrevistado não respondeu à questão.

A conclusão é que as famílias veem a oportunidade de renda extra como “bem-vinda”. Como no caso do entrevistado que respondeu que tem “carga horária de 30 horas” entende-se que este fator foi relevante para a decisão, pois torna possível a renda extra juntamente com a baixa carga horária, o que possibilita que ainda viva e desenvolva atividades no meio rural.

Nesta mesma linha, porém diferente de trabalhar fora da propriedade, foi perguntado às famílias se haviam outras rendas que compunham a renda familiar, que não fosse a atividade pecuária, e treze dos quinze entrevistados responderam que sim, o equivalente a 87% das unidades de produção entrevistadas conforme figura a seguir (Figura 13).

Figura 13 – Unidades de produção que tem outra renda além da atividade pecuária



Fonte: Dados próprios da pesquisa (2022).

A seguir, para entender quais são essas rendas que compõem a renda familiar, foi elaborado o Quadro 2, com as respostas dos entrevistados.

Quadro 2 – Outras fontes de renda além da atividade pecuária

Entrevistado	Fonte de renda
Entrevistado 1	Aposentadoria da mãe do entrevistado.
Entrevistado 2	Duas aposentadorias.
Entrevistado 3	Aposentadoria da esposa.
Entrevistado 4	Salário professora da esposa.
Entrevistado 6	Salário como funcionaria.
Entrevistado 7	Agricultura.
Entrevistado 8	Um aposentado.
Entrevistado 9	Aposentadoria.
Entrevistado 10	Prestação de serviços rurais.
Entrevistado 11	Aposentadoria.
Entrevistado 12	Inseminação, tosquia e alambrado.
Entrevistado 14	Aposentadoria.
Entrevistado 15	Aposentadoria.

Fonte: Dados próprios da pesquisa (2022).

Como podemos observar no Quadro 2, a aposentadoria é agregadora de renda em uma parcela significativa das propriedades de pecuaristas familiares. Esse fato vai de acordo com a pesquisa realizada por Ribeiro (2009, p. 263), quando o autor identificou a aposentadoria

rural, se constituía “em um enorme “amortecedor”, em relação às crises, para um grupo significativo de pecuaristas familiares”, fosse para a manutenção da renda da família, ou para custeio e investimento na atividade produtiva.

Entretanto, também foi questionado aos entrevistados se utilizam a renda das atividades não agrícolas para as atividades produtivas e para essa questão a maioria respondeu de forma negativa (10 de 15 entrevistados), como é possível ver na Figura 14.

Figura 14 – Utilização de recursos de atividades não agrícolas nas atividades de produção



Fonte: Dados próprios da pesquisa (2022).

Também foi obtido como dado da pesquisa, a mão de obra contratada dentro das propriedades dos pecuaristas familiares. O dado pode ser observado na Figura 15.

Figura 15 – Unidades de produção que tem mão de obra contratada



Fonte: Dados próprios da pesquisa (2022).

Este dado mostra que 7 propriedades de pecuaristas familiares entrevistadas contratam mão de obra para trabalhar na unidade de produção, porém quando questionados para qual serviço é necessário à contratação da mão obra, as respostas foram variadas, mas relacionadas a serviços sazonais ou para serviços de máquinas e construções. O Quadro 3 relaciona os entrevistados, por ordem de entrevista, que responderam que necessitam de mão de obra contratada, com o serviço para o qual a contrata.

Quadro 3 – Serviços que necessitam de mão de obra contratada nas UPAs

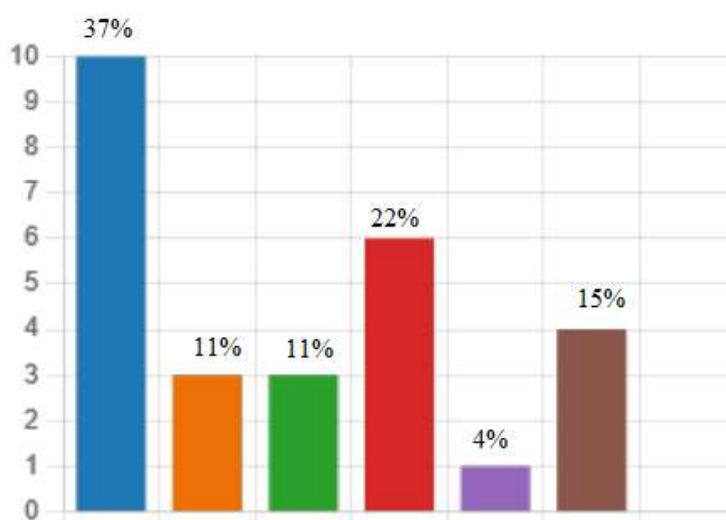
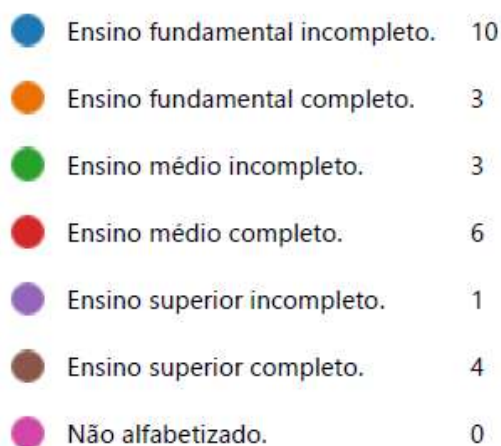
Entrevistado	Serviço para o qual contrata mão de obra
Entrevistado 1	Esquila, serviços de máquinas, construções.
Entrevistado 2	Esquila, alambrados, serviço de máquinas.
Entrevistado 3	Esquila, alambrados.
Entrevistado 4	Esquila.
Entrevistado 6	Para quebrar milho, capinar.
Entrevistado 7	Fazer alambrado, serviço de campo.
Entrevistado 10	Auxiliar na apicultura.

Fonte: Dados próprios da pesquisa (2022).

O dado do quadro acima (Quadro 3) é relevante para a pesquisa, pois corrobora com a premissa de que as unidades de produção são realmente familiares e utilizam a mão de familiar, majoritariamente no desenvolvimento das atividades produtivas.

Um último ponto para relacionar a este contexto é a escolaridade das pessoas que residem e trabalham na propriedade. Quanto a essa questão as repostas estão na Figura 16.

Figura 16 – Escolaridade das pessoas que residem e trabalham na propriedade



Fonte: Dados próprios da pesquisa (2022).

A partir dessa figura (Figura 16) podemos identificar que ainda reside e trabalha no meio rural, um grande número de pessoas com escolaridade mais baixa. Porém, um dado relevante é que trabalhando e residindo no meio rural, entre os pecuaristas familiares entrevistados, com ensino superior completo ou em formação estão 5 pessoas.

6.4 Acesso às políticas públicas e ao crédito rural

Para esta parte do estudo foram elencadas três questões para a contribuição com a pesquisa no que diz respeito ao acesso às políticas públicas e o crédito rural. O Quadro 4 faz a relação dos entrevistados, com o acesso a assistência técnica e as políticas públicas.

Quadro 4 – Relação de entrevistados com a assistência técnica e o acesso as políticas públicas

Número do Entrevistado	Recebe assistência técnica?	Acessa políticas públicas?

1	Pública e Privada	Pronaf; Crédito rural; FEAPER.
2	Pública	Pronaf; Crédito rural; FEAPER.
3	Pública e Privada	Crédito rural; FEAPER.
4	Pública e Privada	Pronaf; Crédito rural; FEAPER.
5	Pública	Pronaf.
6	Não recebe	Outros.
7	Pública	Pronaf.
8	Pública	Pronaf.
9	Pública	FEAPER.
10	Pública	Pronaf; FEAPER.
11	Pública	Crédito rural.
12	Pública	FEAPER.
13	Pública	Pronaf; Crédito rural; FEAPER.
14	Não recebe	Outros.
15	Pública	Pronaf; Crédito rural; FEAPER;

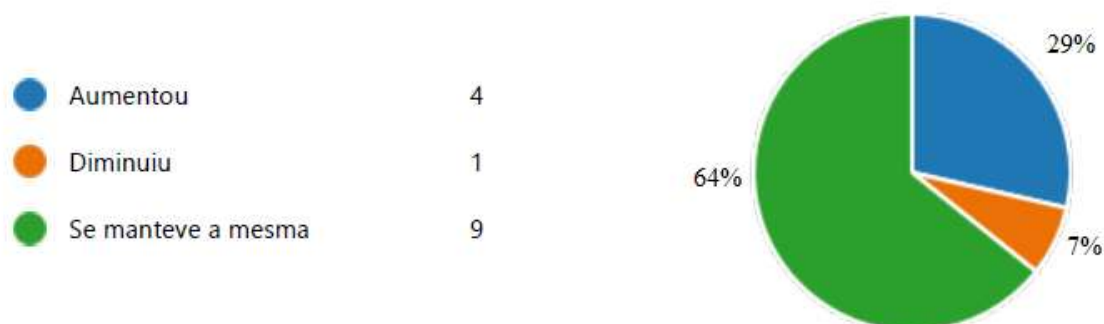
Fonte: Dados próprios da pesquisa (2022).

Os dados mostram que 13 entre os 15 entrevistados informaram que recebem assistência técnica de forma pública, outros 3 recebem além da assistência técnica pública, a privada, e 2 entrevistados informaram não receber assistência técnica.

Entre as principais políticas públicas acessadas pelos entrevistados está o PRONAF, onde nove dos quinze entrevistados disseram já ter acessado. Esta informação entra em discordância com as áreas das propriedades (em hectares) informadas pelos entrevistados, no que tange o enquadramento ao PRONAF. As suposições levantadas a partir dessa conjuntura são: 1 - as áreas das propriedades dos pecuaristas familiares entrevistados aumentaram recentemente; 2 - os pecuaristas responderam de forma equivocada que acessam o PRONAF quando na verdade acessam outros instrumentos de crédito; ou 3 - os pecuaristas, para ter acesso ao PRONAF, não informam corretamente as áreas de terra que detêm.

Para confirmar e desconsiderar uma dessas suposições foi perguntado aos pecuaristas familiares se a área da propriedade nos últimos anos tinha: aumentado, diminuído ou mantido a mesma. As repostas podem ser identificadas na figura a seguir (figura 17).

Figura 17 – Manutenção das áreas da propriedade



Fonte: Dados próprios da pesquisa (2022).

De acordo com os dados, quatro unidades de produção aumentaram as áreas de terra nos últimos anos, o que colabora para confirmar a primeira suposição levantada.

A próxima questão a cooperar com este estudo, diz respeito ao crédito. Foi feita a seguinte pergunta para os entrevistados: em que investiria caso conseguisse um financiamento com juros muito baixo? As respostas estão no quadro a seguir (Quadro 5).

Quadro 5 – Relação dos entrevistados e a intenção com o crédito de juros baixo

Número do Entrevistado	Em que investiria caso conseguisse um financiamento com juros muito baixo?
1	Reforma da casa.
2	Pecuária.
3	Na pecuária, compraria mais campo.
4	Compraria terra.
5	Não sei.
6	Fazer um paiol para armazenar milho.
7	Compra de gado.
8	Pecuária.
9	Aquisição de animais.
10	Melhoramento de solo e apicultura.
11	Não sei.
12	Campos.
13	Pastagens, gado
14	Investiria em compra de gado para engorda e para o uso de implantação de

	pastagens.
15	Arames e pastagem.

Fonte: Dados próprios da pesquisa (2022).

Essa questão foi considerada de extrema importância para este estudo, pois comprova nas respostas dos entrevistados a relação deles com a pecuária, principalmente com os bovinos de corte, quando 9 entre os 15 entrevistados responderam, diretamente “pecuária” ou indiretamente “pastagem” ou simplesmente “campo”, “reforçando a identidade com a atividade e com a continuidade e ampliação das áreas para a mesma atividade” conforme estudo de Ribeiro (2009, p. 133).

Podemos tentar confirmar, a partir das respostas, a vontade que os pecuaristas familiares têm em diversificar as atividades produtivas, porém, só foi recebida uma resposta com a atividade “apicultura”. Outras respostas como “fazer um paiol para armazenar milho” não se referem necessariamente à diversificação, pois muitas vezes o plantio do milho e seu armazenamento estão ligados à alimentação animal e não, para a venda do grão.

6.5 A diversificação e a manutenção da pecuária

“As atividades são as ações realizadas pelas famílias, dentro das suas estratégias de sobrevivência e reprodução” (RIBEIRO, 2009, p. 218). Já temos a conclusão de que as famílias entrevistadas tem como atividade principal a bovinocultura de corte e ovinocultura, assim por estarem previamente classificados como pecuaristas familiares e pelo que pudemos observar até o momento do presente estudo.

O que se pretende nesta seção é evidenciar se há atividades agropecuárias que sejam mencionadas pelos pecuaristas familiares, e corroborem com as demais respostas dados pelos pecuaristas que demonstre a pretensão de diversificação das atividades produtivas.

Para fornecer dados para a pesquisa, foram elaboradas nove questões, que colaborassem especificamente para responder ao objetivo específico desse estudo, e aplicadas aos entrevistados. A primeira diz respeito à satisfação, no sentido econômico financeiro, com as atividades desenvolvidas na propriedade. A segunda diz respeito à visão que os pecuaristas têm com relação a outras atividades e a terceira complementa a resposta da segunda. Os dados serão apresentados no quadro (Quadro 6) a seguir:

Quadro 6 – Relação dos entrevistados e a visão sobre as atividades agropecuárias

Perguntas Número do Entrevistado	Considera que as atividades desenvolvidas na propriedade são satisfatórias no sentido econômico/financeiro?	Considera que outras atividades agropecuárias são melhores que a atividade pecuária?	Se a resposta à pergunta anterior foi "sim", quais as atividades que considera que sejam melhores?
1	Sim	Sim	Acredito que a agricultura é mais lucrativa.
2	Sim	Não	
3	Sim	Não	
4	Sim	Não	
5	Não	Não	
6	Sim	Não	
7	Sim	Sim	Plantação de soja
8	Sim	Não	
9	Sim	Não	
10	Sim	Não	
11	Sim	Não	
12	Sim	Não	
13	Sim	Não	
14	Sim	Não	
15	Sim	Sim	Soja talvez

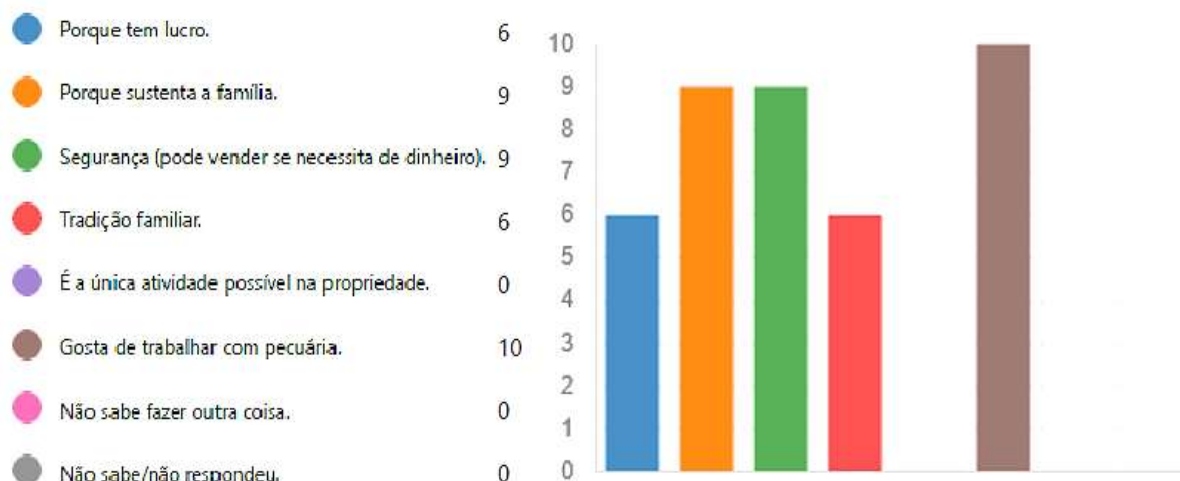
Fonte: Dados próprios da pesquisa (2022).

Após analisar as respostas aos questionamentos, fica evidente que, a grade maioria dos pecuaristas está satisfeito com as atividades desenvolvidas dentro das suas propriedades no sentido econômico-financeiro. O único entrevistado que respondeu “não” para a primeira pergunta, também respondeu “não” para a segunda pergunta, ou seja, mesmo avaliando que a pecuária familiar não é satisfatória economicamente, também não considera que outras

atividades sejam melhores que a pecuária familiar. Dentre os que responderam que “outras atividades são melhores”, a cultura da soja obteve duas citações.

A próxima questão a ser analisada tem a ver com a permanência na atividade de pecuária. Foi perguntado aos entrevistados sobre o porquê eles permanecem trabalhando com pecuária. As respostas são apresentadas na figura (Figura 18) a seguir.

Figura 18 – O porquê de permanecer na atividade pecuária



Fonte: Dados próprios da pesquisa (2022).

A resposta mais obtida para a pergunta “porque permanece trabalhando com pecuária?” foi “gosta de trabalhar com pecuária” seguida por “porque sustenta a família” e “segurança (pode vender se necessite de dinheiro)”. Isso reforça o que já foi escrito no trabalho de Ribeiro (2009, p. 133) onde outras questões foram apontadas como mais importantes do que a “busca pelo lucro”.

As três próximas perguntas têm a ver com a perspectiva de futuro dos pecuaristas familiares e serão apresentadas no quadro (Quadro 7) a seguir.

Quadro 7 – Relação dos entrevistados com o futuro das atividades

Perguntas	Para o futuro, pretende seguir somente com a atividade pecuária ou gostaria de começar outra atividade?	Se respondeu "tenho interesse em outras atividades", quais seriam?	Quais outras atividades produtivas que considera saber desenvolver?
Número do Entrevistado			
1	Tenho interesse em	Aumentar o cultivo de	Agricultura no geral.

	outras atividades.	milho.	
2	Não quero trabalhar com outra atividade além da pecuária.		Hortaliças, artesanato.
3	Não quero trabalhar com outra atividade além da pecuária.		Sabe plantar, fazer arame.
4	Não quero trabalhar com outra atividade além da pecuária.		Apicultura, agricultura.
5	Não quero trabalhar com outra atividade além da pecuária.		
6	Não quero trabalhar com outra atividade além da pecuária.		Plantar milho, hortaliças.
7	Tenho interesse em outras atividades.	Plantar milho e soja	
8	Não quero trabalhar com outra atividade além da pecuária.		
9	Tenho interesse em outras atividades.	Agricultura	Um pouco de cada coisa
10	Não quero trabalhar com outra atividade além da pecuária.		Apicultura e horticultura
11	Não quero trabalhar com outra atividade além da pecuária.		
12	Não quero trabalhar com outra atividade além da pecuária.		
13	Não quero trabalhar		Artesanato

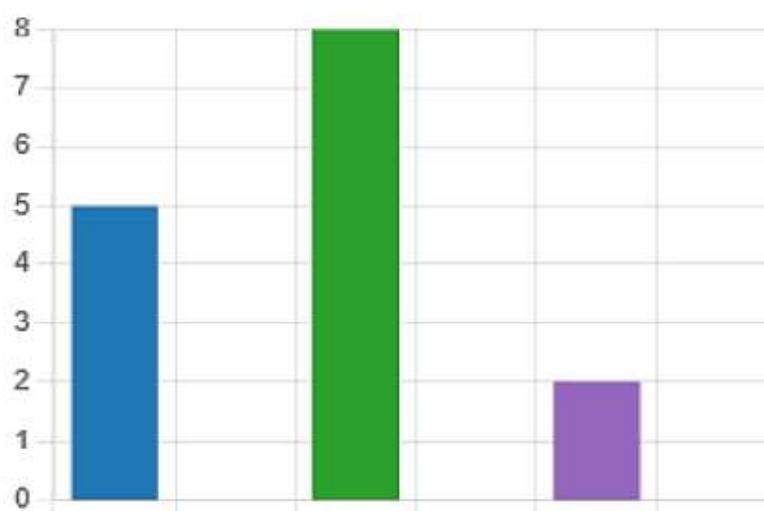
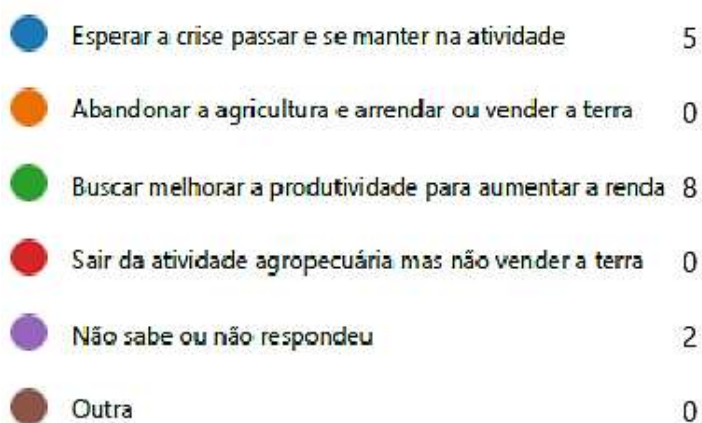
	com outra atividade além da pecuária.		
14	Não quero trabalhar com outra atividade além da pecuária.		
15	Não quero trabalhar com outra atividade além da pecuária.		Soja ou milho

Fonte: Dados próprios da pesquisa, 2022.

Dentre as respostas, novamente, fica evidentes satisfação com a atividade pecuária, quando 12 entrevistados respondem “não quero trabalhar com outra atividade além da pecuária”. Entre as respostas para quem gostaria de desenvolver outras atividades, podemos observar o interesse nas culturas produtoras de grãos. Sobre o que consideram saber desenvolver, as respostas tiveram um pouco mais de diversidade como artesanato, apicultura e horticultura.

A figura (Figura 19) a seguir, apresenta as respostas dos pecuaristas familiares à pergunta “se houvesse uma piora da atividade agropecuária nos próximos anos, o que faria?”.

Figura 19 – Resposta dos pecuaristas familiares com relação à hipótese de crise no setor agropecuário



Fonte: Dados próprios da pesquisa, 2022.

Em um possível quadro de crise do setor agropecuário, mesmo assim, dentro das respostas recebidas, não há indícios do “medo” dos pecuaristas familiares em se manter na atividade pecuária. Porém, enquanto alguns responderam que “esperariam a crise passar”, outros, e em número maior, responderam que “buscariam melhorar a produtividade”. Este dado é importante porque demonstra o interesse do produtor em produtividade e também rentabilidade.

Os últimos dados analisados dizem respeito à permanência dos filhos no campo.

Quadro 8 – Permanência dos filhos na atividade.

Perguntas	Gostaria que seus filhos seguissem trabalhando com pecuária?	Existe algum filho ou membro da família que vai continuar trabalhando na propriedade?
Número do Entrevistado		

1	Sim	Sim
2	Sim	Sim
3	Sim	Não
4	Não	Sim
5	Não	Não
6	Sim	Não
7	Não	Não
8	Sim	Sim
9	Sim	Não
10	Sim	Sim
11	Sim	Sim
12	Sim	Sim
13	Sim	Sim
14	Sim	Sim
15	Sim	Sim

Fonte: Dados próprios da pesquisa, 2022.

Conforme podemos observar (Quadro 8), há uma grande maioria dos pecuaristas familiares que gostariam que os filhos seguissem trabalhando na pecuária (12 de 15 entrevistados), enquanto os que têm filhos que seguirão na pecuária são 10 entrevistados. O estudo de Ribeiro (2009, p. 183) apontou para “um processo de envelhecimento das famílias sem o encaminhamento da sucessão e a substituição pelos mais jovens”. Contudo, de acordo com Matte, Spanevello e Andreatta (2015, p.145) “existe uma carência de produção científica voltada aos aspectos sociais dos pecuaristas, refletindo no pouco conhecimento sobre a questão sucessória nas regiões de pecuária”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Promover o desenvolvimento das unidades de produção agrícolas é estratégia fundamental para a sobrevivência das famílias no meio rural. Este estudo partiu do pressuposto que a diversificação das atividades agropecuárias nas unidades de produção dos pecuaristas familiares seria capaz de garantir a sustentabilidade e a diminuição das vulnerabilidades dos sistemas por eles utilizados, gerando benefícios econômicos e sociais para as famílias. Deve-se, no entanto, levar em consideração o caráter limitado deste estudo,

quanto os dados disponíveis à luz da metodologia utilizada, o que aponta para a possibilidade de estudos futuros mais amplos.

A revisão literária apontou os conceitos da agricultura familiar e da pecuária familiar, a partir dos quais se buscou a comparação e as divergências entre os conceitos. Os dados gerados pela pesquisa corroboram com as informações obtidas pela revisão de literatura, quanto ao enquadramento dos pecuaristas familiares nos conceitos da agricultura familiar, sendo o único limitante a dimensão das áreas da propriedade. As estratégias utilizadas entre as duas categorias são semelhantes. No entanto, há estratégias específicas dentro da pecuária familiar, como a criação dos bovinos de corte por “segurança em caso de crise”, ou seja, como uma “reserva de emergência”.

Foi possível concluir que a pecuária familiar tem grande relevância econômica e social dentro do estado do Rio Grande do Sul, pelo número de famílias que desenvolvem a bovinocultura de corte e também a ovinocultura na esfera estadual. Este fato pode ser explicado pela forma que se deu a colonização do Rio Grande do Sul, mais especificamente a Metade Sul do estado, onde se concentra a maior parte dos pecuaristas familiares. Também nesta região estão os relevos identificados como de maior adequabilidade a essas atividades. Não foram encontradas na literatura, outras regiões do Brasil em que a pecuária familiar tenha a importância que têm no sul do Brasil, e talvez, esse seja o fato de ainda não haver políticas públicas federais para este público específico.

A distribuição dos pecuaristas familiares de Pedro Osório/RS no espaço territorial do município não se aplica para explicar a opção pela atividade dos bovinos de corte ou ovinocultura, visto que a maioria está distribuída em zonas cultiváveis por culturas anuais, tanto que, alguns consideram começar o plantio de culturas de grão. Muito embora, o interesse mencionado pela cultura da soja pode estar ligado ao retorno financeiro, à percepção dos pecuaristas ao aumento das áreas desse cultivo no município e ao mercado em alta, e o interesse pela cultura do milho pode estar relacionado com a alimentação animal. Essas probabilidades não foram respondidas pelos dados coletados com essa pesquisa, podendo no futuro ser objeto de estudo.

Ainda, no fator uso da terra, é importante lembrar que as propriedades que mencionaram a presença de campo nativo nos seus relevos, estão falando na verdade, de parte conservada do Bioma Pampa. Fazendo uma correlação entre o que a literatura menciona sobre as políticas públicas e a assistência técnica, presente na maioria das unidades de produção entrevistadas, nota-se que a escolha pelas atividades pecuárias pode estar apoiada, também, no crédito direcionado para as atividades que já são desenvolvidas pelos pecuaristas. Porém,

somando-se a isso, o fato dessas atividades estarem desenvolvidas no Bioma Pampa, ameaçado pelo avanço das culturas anuais, fica um ponto de discussão futuro, sobre as estratégias da assistência técnica e extensão rural e as políticas públicas para beneficiar e valorizar esse público específico, visando também à preservação do Bioma.

O que se concluiu pela análise dos dados do estudo é que, para os pecuaristas familiares de Pedro Osório/RS, a pecuária é uma atividade satisfatória e a percepção da pesquisa quanto aos produtores e a diversificação de atividades é que ela não é uma aspiração, e mesmo aqueles que mantêm a atividade de pecuária por segurança, não têm a intensão de grandes mudanças nos processos produtivos. É importante salientar que não foram apresentadas propostas de diversificação para os entrevistados, deixando que livremente eles dessem suas opiniões e pudéssemos chegar a essa conclusão sem influências da pesquisa em si.

A partir dos resultados da pesquisa, cabe mencionar novamente o trabalho de Ribeiro (2009, p. 264) onde ele destaca que “o modo de vida dos pecuaristas familiares estabelece mecanismos de sobrevivência na busca da diminuição das suas vulnerabilidades” ainda que este modo de vida “vem se repetindo por várias gerações” e que “se comparado a outros modos de vida que são dependentes de uma agricultura modernizada e altamente mercantilizada, as vulnerabilidades são muito menores”.

Em relação às políticas públicas, fica a discussão sobre qual seria a atuação do Estado enquanto formulador dessas políticas, como forma de estratégia para beneficiar especificamente os pecuaristas familiares e suas atividades, sem buscar impor a obrigação de modernização como já foi tentado em outros momentos, mas considerando a realidade desse estrato social respeitando seu modo de vida.

Um último ponto a acrescentar é que a sucessão rural não era objeto desse estudo, porém foi possível identificar que grande parte das famílias gostaria que os filhos seguissem na atividade, e uma parcela terá os filhos como sucessores. Essa afirmativa, somada ao fato de que os pecuaristas se encontram em sua maioria em idade adulta ou idosa, é promissora para a continuidade dos pecuaristas familiares em Pedro Osório/RS. Além disso, essa questão possibilita o aprofundamento em trabalhos futuros, sobretudo sobre o processo de sucessão na pecuária familiar.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Agricultura Familiar e Serviço Público: Novos Desafios Para a Extensão Rural*. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998. Disponível em <https://bitly.com/YREpCy> Acesso em 20/05/2022.
- ALBERTI, Raquel Lorensini. *A conformação das políticas agrícola e agrária brasileira ao contexto de globalização financeira*. 2008. 247f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2008.
- ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>. Acesso em 20/05/2022.
- ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL(EMATER/RS); ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL (ASCAR). *Relatório de atividades de assistência técnica e extensão rural*. Escritório Municipal de Pedro Osório. 2021
- BANDEIRA, P. S. *As raízes históricas do declínio da Região Sul*. IN: ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. *Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser - FEE, 1994. p. 07-48.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 julho 2006. Seção 1, p. 1.
- BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 junho 2009. Seção 1, p. 2.
- BRASIL. Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 janeiro 2010. Seção 1, p. 1.
- BRASIL. Lei nº 14.284 de 29 de dezembro de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 dezembro 2021. Seção 1, p. 1.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Plano Agrícola e Pecuário 2021/2022*. Brasília, 2021. Disponível em encurtador.com.br/aetR1 Acesso em 20/05/2022.
- CALDAS, Pedro. *Pedro Osório, sim senhor!: retrato de um município gaúcho*. Pelotas: Satya, 1990.

COTRIM, Marcelo Souza. *'Pecuária familiar' na região da 'Serra do Sudeste' do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu/RS*. Série PGDR - Dissertação n.º 030 - Porto Alegre, 2003.

CUNHA, Noel Gomes da; SILVEIRA, Rui José Costa da. *Geomorfologia, solos e capacidade de uso das terras do município de Pedro Osório*. Pelotas, RS. EMBRAPA CPACT, 1996. 52 p.

DUARTE, Rosália. *Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo*. Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 139-154. 2002. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cp/a/PmPzwqMxQsvQwH5bkrhrDKm/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 24/06/2022

FARINATTI, L. A. *Criadores de gado na Fronteira Meridional do Brasil (1831-1870)*. *Jornadas de História Regional Comparada* (2.: 2005: Porto Alegre) Anais. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER (FEE). *Da província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1981.

FOCHEZATO, Adelar. *et al. Apontamentos para o estudo da pecuária familiar na metade sul do Rio Grande do Sul*. Disponível em https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/IPES_TD_008_ABR_2004.pdf Acesso em 20/05/2022

FOSSÁ, Juliano Luiz *et al. Da soja ao boi: análise da distribuição do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural*. RPPR – Rio de Janeiro – vol. 9, nº 1, janeiro - abril de 2022, p. 40 - 39

GRISA, Cátia. *As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva*. Desenvolvimento em Debate. v.1, n.2, p.83-109, janeiro-abril e maio-agosto 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 20/05/2022.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). *Tabela de índices básicos 2013*. Sistema Nacional de Cadastro Rural. Disponível em https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf Acesso em 20/05/2022

MANUAL DO CREDITO RURAL (MCR). Atualização MCR nº 694, de 7 de maio de 2021. Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/mcr> Acesso em 20/05/2022

MATTE, Alessandra; SPANEVELLO, Rosani Marisa; ANDREATTA, Tanice. *Perspectivas de sucessão em propriedades de pecuária familiar no município de Dom Pedrito-RS*. *Holos*, v. 1, p. 144-159, 2015. Disponível em

https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1964/pdf_157 Acesso em 24/06/2022

MIGUEL, Lovois de Andrade. Abordagem sistêmica da unidade de produção agrícola. In: WAGNER, S. A. et al. (Org.). *Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. p. 11-17. (Série Ead).

MIGUEL, Lovois de Andrade. *Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. 212 p.

MILAGRES, Cleiton Silva Ferreira et al. *A pnater como mecanismo de justiça social para a agricultura familiar*. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 35, n. 3, p. 453-470, set./dez. 2018. Disponível em <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/189660/1/A-PNATER-como-mecanismo.pdf> Acesso em 20/05/2022

MIELITZ NETO, Carlos Alberto Guilherme. MELO, Lenivaldo Manoel de. MAIA, Claudio Machado. *Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil*. UFRGS. Porto Alegre, 2010.

PELINSKI, et al. *A diversificação no incremento da renda da propriedade familiar agroecológica*. Disponível em http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/Trab011Diversif.pdf. Acesso em: 20/05/2022.

RIBEIRO, Claudio Marques. *Pecuária familiar na Região da Campanha do Rio Grande do Sul*. In: EMATER. Rio Grande do Sul / ASCAR. *Pecuária familiar*. Porto Alegre, 2003. 78p. (Série Realidade Rural, 34).

RIBEIRO, Claudio Marques. *Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul*. UFRGS. Porto Alegre, 2009.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Agricultura Familiar*. UFLA. Lavras, 1997.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Gabinete de consultoria legislativa. Lei nº 13.515, de 13 de setembro de 2010. *Diário Oficial Eletrônico do Estado do Rio Grande do Sul*, Nº175. Porto alegre, 14 de setembro de 2010. Disponível em <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/replegis/arquivos/13.515.pdf> Acesso em 20/05/2022.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Gabinete de consultoria legislativa. Decreto nº 48.316, de 31 de agosto de 2011. *Diário Oficial Eletrônico do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto alegre, 1º de setembro de 2011. Disponível em <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2048.316.pdf>. Acesso em 20/05/2022.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. A diversificação produtiva como forma de viabilizar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no brasil. In: MONASTERIO, L. M.; NERI, M.C.; SOARES, S. S. D. (Edit.). *Brasil em desenvolvimento 2014: estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2014. 2 v.

SAVOLDI, Andreia. CUNHA, Luiz Alexandre. *Uma abordagem sobre a agricultura familiar, prona e a modernização da agricultura no sudoeste do paraná na década de 1970*. Revista Geografar. Curitiba, v.5, n.1, p.25-45, jan./jun. 2010

SCHNEIDER, Sergio. CASSOL, Abel. *A agricultura Familiar no Brasil*. Serie Documentos de Trabajo N  145. Programa Cohesi  Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile. 2013. Disponível em https://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1434745041145AgriculturaFamiliarBrasilShneiderycassol_editado.pdf Acesso em 20/05/2022.

SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA. *Bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul*. Disponível em <https://sema.rs.gov.br/bacias-hidrograficas>. Acesso em 20/05/2022.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL (SEAPDR). *Sele o de beneficiários para acesso a recurso via FEAPER do PROGRAMA AVANÇAR na Agricultura e no Desenvolvimento Rural*. Porto Alegre, 2022. Disponível em encurtador.com.br/dsEGL Acesso em 20/05/2022.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL (SEAPDR). *Resolu o feaper n  010/2021*. Disposi es Aplicáveis aos Contratos de Financiamentos pelo FEAPER (Manual FEAPER 2021 e 2022) que serão utilizadas nas opera es subsidiadas com recursos orçamentários de 2021 e 2022 e outros já aportados no Fundo. Porto Alegre, 2021. Disponível em encurtador.com.br/lCOX7 Acesso em 20/05/2022.

TORRES, Tatiana Carrilho Pastorini. *EDUCA O PATRIMONIAL NA ESCOLA: uma experiência entre o ensino de História e o Patrim nio Cultural em Pedro Osório (RS)*. RIO GRANDE, 2014. Disponível em <https://poshistoria.furg.br/images/stories/dissertacoes/tcm-tatianapastorini.pdf> Acesso em 20/05/2022.

WANDERLEY, Maria De Nazareth Baudel. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17. PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS. CAXAMBU, MG. OUTUBRO 1996 Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-5.pdf> Acesso em 20/05/2022.

WANDERLEY, Maria De Nazareth Baudel. *Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade*. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, 2003, n  21 p. 42-62.

WAQUIL, Paulo Dabdab *et al.* (Org.). *Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. (Série Estudos Rurais)

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PECUARISTAS FAMILIARES
DE PEDRO OSÓRIO/RS**

Pesquisa com pecuaristas familiares do município de Pedro Osório

Questionário de pesquisa para Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em
Desenvolvimento Rural

1. Qual seu nome?

2. Gênero:

Masculino

Feminino

3. Qual sua idade?

Entre 15 e 29 anos.

Entre 30 e 60 anos.

Acima de 60 anos.

4. Quantas pessoas da família moram na propriedade?

Entre 1 e 2 pessoas.

Entre 3 e 4 pessoas.

5 ou mais pessoas.

5. Quantas pessoas da família desenvolvem atividades produtivas (trabalham) na
propriedade?

Todas as pessoas da família.

1 pessoa.

2 pessoas.

3 pessoas.

4 ou mais pessoas.

6. Existem pessoas da família que trabalham fora da propriedade?

Sim.

Não.

7. Se a resposta a pergunta anterior foi "sim" descreva o que levou o familiar a trabalhar fora da propriedade:

8. Qual a escolaridade das pessoas que residem e trabalham na propriedade:

Ensino fundamental incompleto.

Ensino fundamental completo.

Ensino médio incompleto.

Ensino médio completo.

Ensino superior incompleto.

Ensino superior completo.

Não alfabetizado.

9. Os membros da família participam de grupos sociais?

Associação

Cooperativa

Sindicato

CTG

Outros

Não participa

10. Qual a distância da propriedade até a cidade mais próxima? *

Menos de 10 km

Entre 10 e 20 km

Entre 20 e 40 km

Mais de 40 km

11. Há mão de obra contratada na propriedade?

Sim

Não

12. Se a resposta a pergunta anterior foi "sim" descreva para quais serviços é necessário contratar mão de obra:

13. A família tem outras fontes de renda além da atividade de pecuária?

Sim

Não

14. Se a resposta a pergunta anterior for "sim", informe quais outras fontes de renda: *

15. Utiliza recursos de atividades não agrícolas nas atividades de produção?

Sim

Não

As vezes

16. Para quais fins utiliza na propriedade:

Custeio

Investimento

Custeio e investimento

17. Realiza o controle financeiro/contábil da atividade?

Sim

Não

Em alguns períodos específicos.

18. Quantos anos trabalha com pecuária:

Entre 1 e 5 anos.

Entre 5 e 10 anos.

Mais de 10 anos.

Sempre trabalhei com pecuária.

19. Qual a área da propriedade?

Entre 1 e 20 hectares.

Entre 20 e 40 hectares.

Entre 40 e 64 hectares.

Entre 64 e 150 hectares.

Entre 150 e 300 hectares.

20. Como é o relevo na área da propriedade?

- Relevo de coxilha com campos nativos
- Relevo de coxilha com pastagens artificiais
- Relevo de coxilha com aflorações rochosas
- Relevo de planalto com campo nativo
- Relevo de planalto com pastagens artificiais
- Relevo de planalto com aflorações rochosas
- Outros

21. Trabalha com área arrendada?

- Sim.
- Não.

22. Se a resposta a pergunta anterior for "sim", informe o tamanho da área arrendada em hectares:

23. Nos últimos anos a área da propriedade:

- Aumentou
- Diminuiu
- Se manteve a mesma

24. Existem outras atividades agropecuárias desenvolvidas na propriedade, além da pecuária?

- Sim.
- Não.

25. Se a resposta a pergunta anterior foi "sim", informe quais outras atividades agropecuárias são desenvolvidas na propriedade:

26. Recebe assistência técnica

- Pública
- Privada
- Não recebe

27. Acessa políticas públicas? Se sim, quais?

- Pronaf
- Crédito rural
- Pnae
- FEAPER
- Outros

28. Em que investiria caso conseguisse um financiamento com juros muito baixo?

29. Qual o número de cabeças bovinas do rebanho?

- Entre 01 e 20 cabeças.
- Entre 20 e 50 cabeças.
- Entre 50 e 100 cabeças.
- Entre 100 e 200 cabeças.
- Acima de 200 cabeças.
- Não trabalho com bovinos.

30. Qual o sistema de criação?

- Somente cria.
- Cria e cria.
- Cria, cria e engorda.
- Somente cria
- Somente engorda.

31. Qual o destino da produção?

- Atravessadores.
- Outras propriedades que fazem cria.
- Outras propriedades que fazem engorda.
- Abatedouros ou frigoríficos.
- Outra.

32. Se a resposta a pergunta anterior foi "outra", descreva o destino da produção.

33. Qual o número de cabeças ovinas do rebanho?

- Entre 01 e 30 cabeças.
- Entre 30 e 60 cabeças.
- Entre 60 e 120 cabeças.
- Entre 120 e 250 cabeças.
- Acima de 250 cabeças.
- Não trabalho com ovinos.

34. Qual a aptidão do rebanho

Carne.

- Lã.
- Dupla aptidão.

35. Qual destino da produção (carne)?

- Abate para consumo familiar.
- Abate e venda informal.
- Venda para outros produtores/terminadores.
- Venda para abatedouro.
- Outros destinos.

36. Qual destino da produção (lã)?

- Uso na propriedade.
- Venda informal.
- Venda para barraca/cooperativa/indústria.
- Beneficiamento na propriedade (artesanato) para venda.
- Troca da lã pelo serviço de esquila.
- Outros destinos.

37. Considera que as atividades desenvolvidas na propriedade são satisfatórias no sentido econômico/financeiro?

- Sim
- Não

38. Considera que outras atividades agropecuárias são melhores que a atividade pecuária?

Sim

Não

39. Se a resposta a pergunta anterior foi "sim", quais as atividades que considera que sejam melhores?

40. Porque permanece trabalhando com pecuária?

Porque tem lucro.

Porque sustenta a família.

Segurança (pode vender se necessita de dinheiro).

Tradição familiar.

É a única atividade possível na propriedade.

Gosta de trabalhar com pecuária.

Não sabe fazer outra coisa.

Não sabe/não respondeu.

41. Para o futuro, pretende seguir somente com a atividade pecuária ou gostaria de começar outra atividade?

Não quero trabalhar com outra atividade além da pecuária.

Tenho interesse em outras atividades.

42. Se respondeu "tenho interesse em outras atividades", quais seriam?

43. Gostaria que seus filhos seguissem trabalhando com pecuária?

Sim

Não

44. Existe algum filho ou membro da família que vai continuar trabalhando na propriedade?

Sim

Não

45. Quais outras atividades produtivas que considera saber desenvolver?

46. Se houvesse uma piora da atividade agropecuária nos próximos anos, o que faria?

- Esperar a crise passar e se manter na atividade
- Abandonar a agricultura e arrendar ou vender a terra
- Buscar melhorar a produtividade para aumentar a renda
- Sair da atividade agropecuária mas não vender a terra
- Não sabe ou não respondeu
- Outra

47. Para você, o que seria necessário para melhorar a situação das atividades que você desenvolve?

48. Na sua opinião, o que seria necessário para melhorar a questão da atividade agropecuária no geral?